



**ARTICULAÇÃO
NACIONAL DE
AGROECOLOGIA**

Uso e Conservação da **Biodiversidade**

Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia

Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia

Uso e Conservação da **Biodiversidade**

Grupo de Trabalho de Biodiversidade
Articulação Nacional de Agroecologia

Abril de 2007

Editoras:

Flavia Londres e Paula Almeida

Revisão técnica:

Ciro Correa, Denis Monteiro, Inês Claudete Burg,
Jaqueline Evangelista e Manuel Amaral Neto

Revisão gramatical:

Maria do Socorro Almeida

Mapa das Experiências de Biodiversidade:

Roberta Nóbrega Melo

Projeto gráfico e diagramação:

I Graficci

Tiragem:

2000 exemplares

Apresentação	3
Experiências Nacionais de Uso e Conservação da Biodiversidade	6
Capítulo 1 – Sementes	8
Experiências apresentadas no Seminário de Biodiversidade do II ENA no tema das Sementes	8
BioNatur: a produção de sementes de hortaliças agroecológicas a partir de um processo de construção popular	8
As sementes na sustentabilidade da agricultura familiar: a experiência da UNAIC no Rio Grande do Sul	11
Convivendo no semi-árido com as sementes da paixão: a experiência da Rede Sementes da Articulação do Semi-Árido Paraibano	13
Práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina	15
Seminário de Biodiversidade: recorte sementes (síntese dos debates)	17
Capítulo 2 – Plantas Medicinais	20
Experiências apresentadas no Seminário de Biodiversidade do II ENA no tema das Plantas Medicinais	20
Medicina popular do cerrado: sistema de saúde invisível num bioma de luz	20
Rede Fitovida: grupos comunitários de saúde se organizam em rede para a preservação dos seus bens culturais no Rio de Janeiro	24
Seminário de Biodiversidade: recorte plantas medicinais (síntese dos debates)	26
Capítulo 3 – Sistemas Agroflorestais e Uso Múltiplo da Floresta	28
Experiências apresentadas no Seminário da Biodiversidade do II ENA no tema dos Sistemas Agroflorestais e Uso Múltiplo da Floresta	29
Quebradeiras de Coco Babaçu - desafios e conquistas no manejo social e econômico de uma floresta secundária	29
Biodiversidade de sistema agroflorestal na zona da mata atlântica de Pernambuco	32
Manejo de recursos naturais em comunidades na região de Gurupá – Pará	34
Seminário de Biodiversidade: recorte Sistemas Agroflorestais e Uso Múltiplo da Floresta (síntese dos debates)	37
Legislação e Políticas em Agrobiodiversidade	42
A Legislação Brasileira de Sementes e Mudanças	42
Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos	46
Seminário de Biodiversidade no II ENA: síntese final	49



Apresentação

Uso e Conservação da Biodiversidade Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia

Apesar das múltiplas vantagens da manutenção de sistemas agrícolas biodiversos, as últimas décadas têm sido marcadas pela tendência de simplificação e uniformização da agricultura em decorrência dos efeitos da rápida e ampla disseminação do modelo técnico-científico da “Revolução Verde”. Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO/ONU) em seu informe para o Dia Mundial da Alimentação de 2004, ao longo do século XX, cerca de três quartos da diversidade genética dos cultivos agrícolas foi perdida. Hoje somente quatro espécies cultivadas são responsáveis pela metade das calorias de origem vegetal presentes na alimentação humana. De acordo com o mesmo informe, além da perda da agrobiodiversidade, as florestas tropicais estão desaparecendo a um ritmo de 0,9% ao ano, ou 29 hectares por minuto. É também cada vez mais agressiva a apropriação dos conhecimentos das comunidades locais associados à biodiversidade, principalmente sobre o uso de plantas medicinais. Este modelo opera em escala global, sob a hegemonia dos países ricos e suas companhias transnacionais que, de forma voraz, buscam o controle das tecnologias, dos mercados e da biodiversidade.

Evoluída em estreita sintonia com os conhecimentos sobre seus usos e manejos, a agrobiodiversidade, ao ser extinta, leva consigo as culturas das populações locais. Assim, erosão genética e erosão cultural se processam como dois fenômenos simultâneos e interdependentes. A degradação genética e cultural atinge, nos dias de hoje, ritmos sem precedentes, e as consequências são a crescente escassez de recursos e a insegurança alimentar, afetando mais diretamente as populações rurais.

Apesar deste quadro dramático, muitos movimentos sociais vêm construindo estratégias de resistência e reversão desse processo de perda genético-cultural. Esses movimentos, portadores de vasta multiplicidade de iniciativas de uso social e manejo sustentável da biodiversidade, evoluem ainda de forma pouco visível para o conjunto das sociedades. Figuram no Brasil iniciativas de comunidades, aldeias, grupos, redes ou programas de desenvolvimento rural que se fundamentam na revalorização das espécies nativas e adaptadas para múltiplos usos. São experiências de sistemas agroflorestais e manejo das florestas e de uso de plantas medicinais e sementes de variedades locais, que estruturam agroecossistemas altamente diversificados e produtivos, mais estáveis e pouco dependentes de insumos externos. Ao mesmo tempo em que recuperam e conservam a biodiversidade, essas iniciativas revitalizam culturas e modos de vida responsáveis pelo uso sustentável dos recursos genéticos.

O crescimento social e geográfico destas iniciativas coloca novos desafios para os movimentos sociais do campo e para o Estado. Muitas experiências têm desenvolvido referências metodológicas, técnicas e político-organizativas que geram ensinamentos para a proposição e negociação de políticas públicas que reconheçam e promovam os direitos ao uso e manejo da biodiversidade pelas populações locais.

Em 2005 foi criado, no âmbito da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), o Grupo de Trabalho (GT) de Biodiversidade com a função de identificar, valorizar e articular as diferentes iniciativas nacionais neste tema, promovendo seus efeitos positivos para, a partir de seus ensinamentos locais, tirar subsídios e inspirações para elaborar propostas de políticas públicas voltadas para a generalização das experiências exitosas que apontam para a defesa do direito dos/as agricultores/as ao livre uso da biodiversidade agrícola.

O GT promoveu nos últimos dois anos diversas iniciativas no sentido de fomentar o debate sobre políticas públicas, principalmente na esfera nacional, com a perspectiva de sugerir programas e políticas que incentivem o manejo sustentável da agrobiodiversidade para a agricultura familiar.

O II Encontro Nacional de Agroecologia (ENA), ocorrido entre 2 e 6 de junho de 2006, em Recife, Pernambuco, foi um momento importante nessa trajetória, já que possibilitou a reunião de representantes de várias dessas dinâmicas inovadoras presentes em todas as regiões do país. Para subsidiar o seminário sobre biodiversidade ocorrido de forma integrada ao II ENA, o GT Biodiversidade elaborou um estudo detalhado sobre os impactos da nova legislação de sementes e mudas sobre a agricultura familiar no Brasil. Outro elemento fundamental do processo preparatório do II ENA foi a identificação de

um grande número de experiências de uso e manejo da biodiversidade em diferentes biomas, organizadas e tecidas por diferentes identidades socioculturais, compondo o “Mapa das Expressões da Agroecologia”. E a sistematização de um conjunto de experiências sobre o tema forneceu os subsídios para que os participantes do seminário pudessem refletir sobre as estratégias de fortalecimento das iniciativas do movimento agroecológico e sobre a construção de políticas públicas que garantam o direito dos/as produtores/as ao livre uso da biodiversidade.

O II ENA evidenciou a multiplicidade e a abrangência das iniciativas de uso social e manejo da biodiversidade no Brasil, e a riqueza das experiências lá apresentadas e das reflexões realizadas merecem ser divulgadas. Foi com este propósito que o GT decidiu publicar este *Caderno da Biodiversidade*.

O debate sobre o tema da Biodiversidade no II ENA foi organizado em torno de três recortes temáticos: “sementes”, “plantas medicinais” e “sistemas agroflorestais e uso múltiplo da floresta”. Estes recortes, que também estruturam esta publicação, foram escolhidos por serem importantes eixos mobilizadores das dinâmicas de inovação agroecológica manifestas nas experiências identificadas nos diferentes biomas.

Durante o II ENA, 260 pessoas portadoras de experiências concretas participaram do Seminário sobre Biodiversidade. O evento reafirmou o projeto político do livre uso e conservação da biodiversidade e apontou proposições políticas para o avanço e a generalização destas experiências. Os participantes se dividiram em três sub-grupos, cada um dedicado a discutir um dos três recortes temáticos. No último dia foi realizada a plenária final do Seminário, reunindo todos os participantes. Os relatos dos debates de cada sub-grupo foram apresentados e sintetizados para dar lugar à elaboração de um conjunto de proposições de políticas públicas e encaminhamentos sobre a continuidade do processo de articulação no âmbito nacional.

O presente Caderno se inicia com a apresentação de uma ilustração indicativa da abrangência e da diversidade das experiências de uso e conservação da biodiversidade no país identificadas no “Mapa das Expressões da Agroecologia”. A segunda parte da publicação está subdividida em três capítulos: Sementes; Plantas Medicinais; e Sistemas Agroflorestais e Uso Múltiplo da Floresta.

Assim como aconteceu durante o seminário, os capítulos têm início com a apresentação das experiências sistematizadas segundo cada recorte temático. No tema das sementes, quatro experiências tratam do resgate das sementes crioulas, comercialização de sementes por organizações da agricultura familiar e bancos de sementes comunitários. Sobre o uso de plantas medicinais e o seu conhecimento associado, são apresentadas as experiências de duas redes

socioambientais, no bioma Cerrado e no estado do Rio de Janeiro. E três experiências abordam o desenvolvimento de sistemas agroflorestais enfocando também o uso múltiplo da floresta.

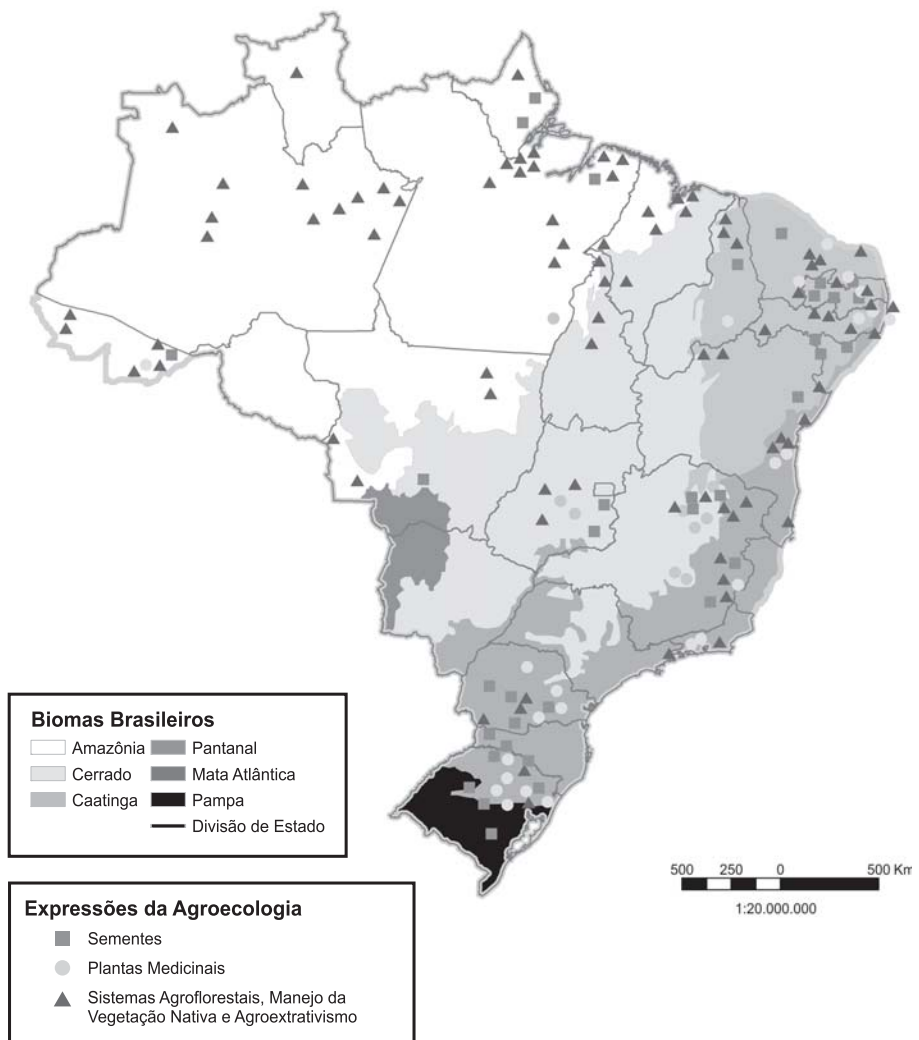
A terceira parte da publicação está composta pela síntese dos estudos sobre a Legislação Brasileira de Sementes e Mudanças e sobre a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Houve oficinas específicas no II ENA para discutir estas políticas. As informações apresentadas nesta seção ajudam na compreensão do contexto legal em que as experiências em agroecologia se inserem, indicando potencialidades e obstáculos enfrentados.

Está claro que as experiências aqui evidenciadas representam apenas uma pequena parcela das múltiplas e variadas iniciativas interessantes existentes no país. Espera-se que este caderno possa inspirar os/as portadores/as dessas outras experiências e organizações de apoio a sistematizá-las, fazendo com que seus ensinamentos também sejam compartilhados e mais conhecimentos sejam trocados. Espera-se também que as reflexões aqui apresentadas sirvam de inspiração para os muitos espaços de debate que vêm se construindo, gerando a força política necessária para enfrentar os desafios que se apresentam, multiplicando esforços na consolidação do movimento agroecológico no Brasil.





Experiências Nacionais de Uso e Conservação da Biodiversidade



Observe-se este mapa. Ele foi extraído do *Mapa das Expressões da Agroecologia no Brasil*¹. Cada um destes 212 pontos localiza uma experiência coletiva de uso e conservação da biodiversidade. Os diferentes símbolos indicam os três recortes temáticos. É uma ilustração simplificada para mostrar a abrangência e a diversidade das experiências.

Este mapa foi feito através de um mutirão nacional de identificação de experiências em agroecologia entre os meses de abril e maio de 2006, durante o processo preparatório para o II ENA.

Este mutirão representa um esforço ainda inicial da ANA na busca de auto-conhecimento e de expressão pública. Os resultados já disponíveis do Mapa, apesar de muito significativos, representam apenas uma pequena amostra das muitas experiências de manejo e conservação da biodiversidade existentes em todo o Brasil.

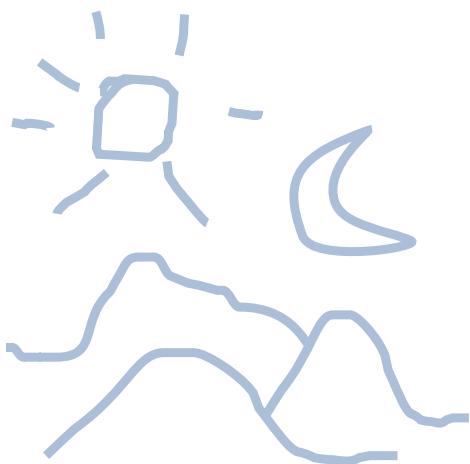
Para o tema *Sementes* foram identificadas 47 experiências em 14 estados, envolvendo 10.064 famílias, trabalhando com 51 espécies.

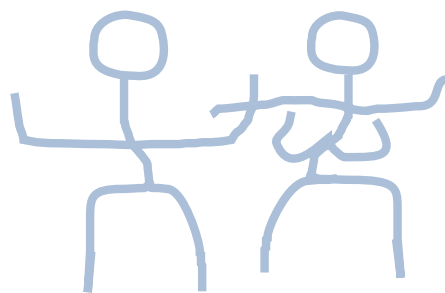
Para o tema *Plantas Medicinais* foram registradas 40 experiências em 12 estados, envolvendo 2.444 famílias, trabalhando com 130 espécies nomeadas e mais centenas de espécies não identificadas.

Para *Sistemas Agroflorestais, Manejo da Vegetação Nativa e Agroextrativismo*² foram identificadas 125 experiências em 18 estados, envolvendo 7.903 famílias, com 149 espécies de plantas nomeadas e 54 espécies de frutas não especificadas.

¹ In: Expressões da Agroecologia. II Encontro Nacional de Agroecologia. Articulação Nacional de Agroecologia. Recife, junho de 2006.

² Os termos que denominam este tema no Mapa diferem daqueles usados no II ENA e nas outras seções deste Caderno ("Sistemas Agroflorestais e Uso Múltiplo das Florestas"). Optou-se por não padronizá-los, para que esta ilustração fique fiel à pesquisa feita para a construção do Mapa, ao mesmo tempo em que o Caderno da Biodiversidade permaneça fiel à terminologia usada durante o II ENA.





Capítulo 1 – Sementes

Experiências apresentadas no Seminário de Biodiversidade do II ENA no tema das Sementes

Foram quatro as experiências apresentadas neste recorte temático, todas de grande abrangência social. Elas já contam com muitos anos de história e apresentam importantes acúmulos técnicos, metodológicos, sociais e políticos. Seus ensinamentos, assim como o relato das dificuldades que vêm sendo enfrentadas pelas organizações que as promovem, serviram de importante subsídio ao debate que se travou no seminário.

BioNatur: a produção de sementes de hortaliças agroecológicas a partir de um processo de construção popular Inês Claudete Burg¹

Os municípios de Hulha Negra e Candiota localizam-se no bioma do Pampa, na microrregião da Campanha Meridional do estado do Rio Grande do Sul. As atividades ligadas à agricultura tiveram início na região na década de 1920, com a chegada dos imigrantes alemães, seguida pela chegada de outros povos oriundos de outras regiões do estado e de outros países, atraídos pela oferta abundante de terras. Durante o final da década de 1960, os agricultores começaram a se dedicar à bovinocultura leiteira, atividade que, integrada às indústrias locais, mantém-se até hoje.

A partir da emancipação dos dois municípios, em 1992, a presença da agricultura familiar começou a crescer, embora a região ainda permanecesse fortemente caracterizada pelos latifúndios. Uma das grandes contribuições para a mudança no processo de ocupação fundiária foi a incorporação de 550 famílias de agricultores familiares assentadas pelos programas governamentais de

reforma agrária, ainda no início da década de 1990. Em 2002, os dois municípios já possuíam 2.000 famílias assentadas pelo programa de Reforma Agrária do governo estadual. Juntamente com os assentamentos ocorreram expressivos investimentos para a consolidação da bovinocultura leiteira.

O ecossistema natural da região apresenta condições de solo e clima bastante favoráveis à produção de sementes de hortaliças, o que motivou uma progressiva consolidação da produção de sementes de olerícolas também neste período. A atividade de produção de sementes de olerícolas naquele momento era extremamente tecnificada e seletiva, de modo que apenas um pequeno número de agricultores/as tinha condições de se integrar à indústria do setor.

A idealização da produção de sementes nos assentamentos partiu da Cooperal (Cooperativa Regional dos Agricultores Assentados Ltda.), criada em 1991 e ligada ao MST². Inicialmente, a Cooperal atuava intermediando contratos de cooperação entre os/as agricultores/as, assentados/as e as empresas convencionais de produção de sementes já instaladas na região. Mas, a partir de um amplo processo de reflexão das diversas instâncias do MST sobre a matriz tecnológica a ser adotada pelos/as assentados/as da reforma agrária, foi feita a opção pelo sistema agroecológico de produção de sementes. Assim, em 1997, a cooperativa registrou a marca “Sementes Agroecológicas BioNatur”.

Em 1998, 12 agricultores/as assentados/as em Hulha Negra iniciaram a formação em agroecologia e a produção agroecológica de sementes de hortaliças, assessorados pelos técnicos do Projeto Lumiar, ligado ao INCRA³, e da Coceargs⁴.

O início da produção agroecológica deu-se com as culturas da cebola e cenoura, que já eram conhecidas dos/as agricultores/as e para as quais havia mercado assegurado. Aos poucos a BioNatur foi aumentando o número de produtores/as, diversificando

sua produção de sementes e ficando conhecida.

Entre 2001 e 2003 a BioNatur enfrentou uma grande crise. Os principais fatores que a motivaram foram a falta de assistência

Policultivo de cebola, feijão com girassol e milho em bordadura no Assentamento Madrugada, em Candiota, no Rio Grande do Sul. Arquivo Bionatur



técnica com a extinção do Projeto Lumiar, a alta rotatividade de agricultores/as que participavam do processo, a formação deficiente dos/as agricultores/as em agroecologia, a falta de planejamento na produção e ausência de sistematização de informações, a pequena diversidade de sementes disponíveis comercialmente e a dependência de insumos externos. Outro motivo apontado como problemático foi o fato de ter-se dado muita ênfase à produção de sementes agroecológicas (setorização), deixando-se em segundo plano a transição ecológica das propriedades como um todo. Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que ocorreu um decréscimo significativo na produção de sementes, investiu-se em *marketing* e na comercialização, divulgando-se a marca em diversos eventos.

Em março de 2003 foi realizado um diagnóstico nas áreas produtoras de sementes, leite e mel. Além dos problemas já citados, foram evidenciados avanços, como a criação de uma cadeia produtiva de sementes de hortaliças sob controle dos/as agricultores/as e conquistas na área da comercialização, além da divulgação de uma nova proposta de enfrentamento do modelo agroquímico.

A partir deste processo, o MST resolveu fortalecer a proposta e expandi-la, através da criação da Rede Nacional de Sementes BioNatur. Criou-se então um programa de formação em agroecologia para as famílias, desenvolvido juntamente com a sistematização de informações, focada, principalmente, na produção de sementes de hortaliças. Na mesma época a Via Campesina, rede internacional da qual o MST faz parte, lançou a campanha *"Sementes Patrimônio dos Povos a Serviço da Humanidade"*.

A partir da organização de núcleos de agricultores e do planejamento estratégico por eles elaborado, a produção de sementes se expandiu para os estados de Santa Catarina, Paraná e Minas Gerais.

Em 2004 foi criado o CEPPA (Centro de Educação Popular e Pesquisa em Agroecologia), em Candiota, com o objetivo de realizar pesquisas ligadas à agroecologia, testar variedades da BioNatur e outras variedades crioulas tradicionalmente utilizadas.

Outro passo importante no processo da nacionalização aconteceu em 2005, com a criação da Coonaterra (Cooperativa Nacional Terra e Vida), que passou a coordenar a Rede, originalmente abrangendo os três estados do sul (RS, SC, PR).

Neste processo de ampliação e consolidação têm sido articulados diversos movimentos sociais, organizações não governamentais e redes que trabalham com os/as agricultores/as. Também tem havido uma aproximação com órgãos governamentais como a Embrapa⁵ (através dos Bancos de Germoplasma), a CONAB⁶ (atra-

vés do Programa de Aquisição de Alimentos), o MMA⁷(que possibilitou a parceria com o Projeto CIMAS Campos Sulinos⁸), o INCRA (que viabilizou a construção de uma Unidade de Beneficiamento de Sementes nos padrões exigidos pela nova legislação de sementes) e o MIN⁹ (que viabilizou a compra de equipamentos).

Durante estes anos também ocorreu um aumento no número de grupos de agricultores/as que aderiram à atividade e um conseqüente aumento da produção. Em 2005, a produção atingiu 18,5 toneladas de 87 variedades de sementes, com o envolvimento de 280 famílias. A produção foi comercializada no Brasil e no exterior. Em 2006 a diversificação aumentou: estão em andamento a recuperação e a reprodução de 200 variedades de sementes.

Os maiores limites para a produção de sementes pela agricultura familiar atualmente dizem respeito à nova legislação brasileira de sementes e mudas, que impõe padrões de controle da produção que dificilmente podem ser atendidos por organizações de pequeno porte. Outra preocupação está relacionada ao risco da entrada de sementes transgênicas de hortaliças, que poderão no futuro provocar a contaminação das variedades crioulas.

No entanto, através dos processos em curso, a manutenção da capacidade produtiva dos agroecossistemas tem sido garantida, a organização dos/as agricultores/as tem sido fortalecida e a geração de renda tem sido incrementada. Além disso, tem-se avançado na massificação da agroecologia, pois o trabalho com sementes tem sido uma porta de entrada da agroecologia nas propriedades.

¹ Eng. Agrônoma, GT Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia, com a colaboração de Vladimir Ricardo da Rosa Moreira (Engenheiro Agrônomo, Coordenador Técnico da BioNatur), Fernando Vianna (Engenheiro Agrônomo, Assistente Técnico da BioNatur), Ciro Correa (Engenheiro Agrônomo da Concrab – Confederação das Cooperativas da Reforma Agrária do Brasil), Marcos Monteiro (Técnico Agrícola, Assistente Técnico da Copitec – Cooperativa de Técnicos), Fabiano Oswald (Técnico Agrícola, Coordenador do CEPPA – Centro de Educação e Pesquisa Popular em Agroecologia), Artemio Parcianelo (Agricultor, responsável pela área comercial e Coordenador Executivo da Coonaterria), Eitel Martins (Engenheiro Agrônomo, área comercial e marketing), Amarildo Zanovello (Agricultor e responsável pela Unidade de Beneficiamento de Sementes da BioNatur), Marino Debortulli (Agricultor, Coordenador Político da COONATERRA), Patrícia Martins (Engenheira Agrônoma, Assistente Técnica da Copitec), Maria Augusta Barreto de Souza (Secretaria da CONATERRA), Luis Serpa (Responsável pela Unidade de Beneficiamento de Sementes da BioNatur).

² Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

³ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁴ Cooperativa Central dos Agricultores Assentados do Rio Grande do Sul.

⁵ Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária.

⁶ Companhia Nacional de Abastecimento / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

⁷ Ministério do Meio Ambiente.

⁸ CIMAS - Centros Irradiadores de Manejo da Agrobiodiversidade, desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente, Incra e movimentos sociais.

⁹ Ministério da Integração Nacional.

As sementes na sustentabilidade da agricultura familiar: a experiência da UNAIC no Rio Grande do Sul

Inês Claudete Burg¹ e Ebersson Diedrich Eicholz²

O município de Canguçu situa-se ao sudeste do Estado do Rio Grande do Sul e é dividido em cinco distritos. Em uma paisagem montanhosa se distribuem cerca de 12.500 propriedades familiares com 17.000 famílias, das quais 500 são assentadas. É considerado o município com maior número de minifúndios da América Latina, com tamanho médio de propriedades de 14,2 ha, e possui cerca de 63% da população residente no meio rural.

Canguçu é um grande produtor de feijão, milho, batata, fumo, frutíferas e hortigranjeiros. Atualmente a produção predominante é de fumo, embora esta cultura já esteja em decadência na região devido à intensa demanda de mão de obra e à redução na qualidade final do produto.

As primeiras associações de agricultores/as familiares no município de Canguçu surgiram no início da década de 1980, articuladas pelo poder público municipal e pela Emater/RS. Infelizmente, à época, os benefícios almejados pelos/as agricultores/as através da organização só eram alcançados em troca de votos ou favores eleitorais.

Em 1984 o trabalho das igrejas Anglicana, Luterana e Católica com grupos de agricultores/as começou a ganhar força. Em 1988, as 50 associações de agricultores/as familiares e grupos comunitários rurais que já existiam no município se uniram e criaram a Unaic – União das Associações Comunitárias do Interior de Canguçu/RS. Atualmente, a Unaic tem em seu quadro social 38 associações e grupos comunitários rurais, sendo caracterizada como uma entidade autônoma e dirigida exclusivamente por agricultores/as.

Em 1994, a Unaic começou o trabalho de recuperação de variedades crioulas cultivadas na região. Esta iniciativa se deu a partir da constatação de que ainda existiam no município inúmeras variedades crioulas, de diversas espécies, que estavam correndo o risco de desaparecer ao serem substituídas por variedades híbridas. Com o apoio técnico do CAPA³ e da Pastoral Rural iniciou-se o trabalho de resgate e conservação de variedades de milho e feijão. A produção era comercializada junto ao quadro social da UNAIC, da COOPAR⁴ e dos assentamentos de Canguçu e de Piratini.

Em 1997 foi criado o Banco Comunitário de Produção de Sementes, ainda com o objetivo de recuperar sementes crioulas de milho e feijão. Neste mesmo

ano, a Unaic entrou no ramo da produção de sementes comerciais registradas. Neste sentido, foi estabelecida uma parceria com a Embrapa para o fornecimento de sementes básicas de milho varietal e feijão. Estas sementes foram bem aceitas pelos/as agricultores/as e, desde então, a organização passou a ter um volume de demanda de 10 toneladas de sementes de milho e 7 toneladas de sementes de feijão por ano.

A produção de sementes comerciais registradas e crioulas foi potencializada a partir de 1999, quando a Unaic se registrou como produtora de sementes junto à Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Rio Grande do Sul (SAA/RS). Na mesma época, a Unaic estabeleceu um convênio com a Universidade Federal de Pelotas, que lhe permitiu utilizar a Unidade de Beneficiamento de Sementes (UBS) da Universidade.

Em 2000 a UNAIC recebeu uma sede do governo estadual, em sistema de comodato. E em 2001, em parceria com o CAPA, a Embrapa e o Governo Estadual, teve início o trabalho de pesquisa em busca de dados que pudessem indicar soluções para amenizar o uso de agroquímicos e promover a conversão ecológica das propriedades familiares.

Como resultado de todo este processo, já em 2001 a UNAIC produziu 50 toneladas de sementes de milho, 30 toneladas de sementes de feijão e 10 toneladas de sementes de teosinto, uma planta forrageira parente do milho, que foram comercializadas em todo o estado através do programa “troca-troca” da SAA-RS. Também neste ano a organização iniciou a construção de sua própria UBS.



Lavoura de milho crioulo da cultivar bagualão do senhor Irineu, em Amaral Ferrador, no Rio Grande do Sul. Arquivo Unaic

A inauguração da UBS própria aconteceu em 2002, durante a 1ª Feira Estadual de Sementes Crioulas e Tecnologias Populares, da qual participaram cerca de oito mil pessoas. A 2ª Feira Estadual aconteceu em 2004 e teve a participação de treze mil pessoas.

Também em 2004 iniciaram-se os trabalhos relacionados ao projeto intitulado *“A sustentabilidade da agricultura familiar começa pelas sementes crioulas”*, realizado com o apoio da Companhia Nacional de Abastecimento/Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (CONAB/MAPA) e do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Este projeto visa a recuperação das variedades crioulas mais adaptadas ao solo e clima regionais, o melhor aproveitamento dos recursos da propriedade, a melhoria do manejo dos solos e a melhoria das relações entre os grupos familiares e destes com a natureza. Ele também permite a disseminação das sementes locais e a tomada de consciência da necessidade de recuperá-las e conservá-las. O projeto atualmente atende 230 famílias de agricultores/as familiares (fornecedores/as e consumidores/as de sementes) dos municípios de Canguçu, Amaral Ferrador, Santana da Boa Vista e Cerrito.

Observa-se que o número de cultivares que vêm sendo conservadas pelos/as agricultores/as associados à Unaic foi gradualmente aumentando. Atualmente a organização conserva 15 cultivares de milho, 2 de milho pipoca, 12 de feijão, 1 de teosinto, 3 de batata doce, 5 de amendoim, 2 de ervilhaca, 2 de feijão miúdo, 3 de abóbora, 2 de ervilha, 2 de fava, 2 de alface, 2 de melancia de porco e 1 de batata inglesa.

A recuperação das sementes permitiu também a diversificação das propriedades, tanto em espécies como em cultivares, e melhorou as formas de organização dos/as agricultores/as atendidos pelo projeto.

A partir da experiência da UNAIC, pode-se afirmar que a recuperação e a produção das sementes crioulas remetem o/a agricultor/a às suas raízes. Muito mais que grãos, as sementes representam toda uma cultura popular praticamente perdida, que agora pode ser recuperada e vivenciada. A experiência da Unaic também demonstra que a agricultura familiar pode ser economicamente viável, gerando empregos no meio rural e permitindo a reinclusão social das famílias agricultoras.

¹ Eng. Agrônoma, GT Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia.

² Engenheiro Agrônomo da Unaic.

³ Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor.

⁴ Cooperativa Mista de Pequenos Agricultores da Região Sul Ltda.

Convivendo no Semi-árido com as Sementes da Paixão: a experiência da Rede Sementes da Articulação do Semi-Árido Paraibano

Paula Almeida¹ e Pablo Sidersky²

Desde 1995, a Articulação do Semi-Árido Paraibano (ASA-PB) vem apoiando e articulando a experiência dos Bancos de Sementes Comunitários no estado da Paraíba. Hoje existe uma rede de 228 Bancos de Sementes, que atende aproximadamente a 6.500 famílias em 61 municípios do estado. É uma região do trópico semi-árido sob domínio do bioma *caatinga*. As chuvas anuais variam de 300 a 800 mm, caracterizando-se sobretudo por uma extrema variabilidade no tempo e no espaço, sendo freqüentes as secas prolongadas.

Os sistemas agropecuários familiares da região têm como base o policultivo e a criação animal, e apóiam-se na manutenção e uso da biodiversidade e na constituição de estoques de recursos (água, sementes, forragem, alimentos) como forma de enfrentar sobretudo os desafios colocados pelo clima. O estoque familiar de sementes, crucial para a renovação do ciclo anual de plantio, é constituído a partir da produção agrícola do ano anterior com sementes de variedades locais, conhecidas localmente como sementes da paixão. Porém as estratégias de conservação das sementes da paixão são muito vulneráveis, o que vem colocando em risco não só a diversidade biológica das espécies cultivadas, mas também os próprios códigos socioculturais responsáveis pela sua conservação.

Comumente, a estreiteza das áreas plantadas e, sobretudo, a irregularidade climática fazem com que as colheitas fiquem comprometidas e a família não consiga reconstituir o seu estoque de sementes. Essas circunstâncias podem levar as famílias a consumir as sementes, simplesmente pela necessidade premente de se alimentarem. Por outro lado, os programas governamentais disponibilizam sementes certificadas, melhoradas em outras regiões e pouco adaptadas às condições locais de solo e clima e ao sistema de manejo. Historicamente estes programas têm feito uso politiquero das sementes, trocando-as por voto. Outra opção é a compra, feita numa situação muito desfavorável, pois o momento do plantio é quando o preço dos grãos atinge o nível máximo³. Quem não consegue obter semente com estes mecanismos acaba tendo que recorrer ao sistema de “semente de meia”, através do qual o/a agricultor/a obtém semente “emprestada” com alguém que a possa comprar, ficando com o compromisso de pagar com a metade da colheita.

O banco de semente comunitário (BSC) surgiu como forma de enfrentar estes problemas. Trata-se de um mecanismo através do qual a família toma emprestada uma quantidade de sementes e se compromete a pagar, no momento da colheita, a mesma quantidade acrescida de uma percentagem, segundo regras definidas na própria comunidade. A estocagem, a entrega e a devolução da semente são todas feitas na comunidade, sob a responsabilidade de uma associação ou grupo informal. Foi assim que agricultores/as portadores/as de experiências se tornaram protagonistas de um processo que tanto qualificou os antigos bancos de sementes criados nas décadas de 1970 e 1990 e os estoques familiares, como vem ampliando sistemas coletivos que asseguram o abastecimento e a diversidade de sementes.

Embora a restituição de sementes aos bancos por parte dos/as agricultores/as seja significativa, entre 1995 e 2001 diversos programas governamentais foram a principal fonte utilizada pela Rede para garantir a reconstituição dos estoques e a criação de novos BSCs. E, conforme já mencionado, estes programas trabalhavam exclusivamente com sementes certificadas. Mas a reflexão desenvolvida no seio da Rede Sementes da ASA-PB permitiu que esta situação fosse problematizada – o desejo dos/as agricultores/as vinculados aos bancos de sementes era o de ter acesso às sementes crioulas, que melhor atendiam às suas necessidades.

Em 2001, depois de muita luta, a ASA-PB conseguiu um novo tipo de cooperação com o Governo Estadual, em que metade das 100 toneladas de sementes destinadas ao fomento do trabalho com BSCs seria proveniente da produção dos próprios agricultores/as familiares. Em 2003 firmou-se outro convênio, envolvendo a CONAB⁴, a ASA-PB e o Governo Estadual. Ele permitiu a aquisição de 80 toneladas de sementes de 46 variedades locais de diversas espécies (milho, diversos tipos de feijão, arroz, gergelim, etc.), que foram depois repassadas aos BSCs. Os convênios assinados entre a ASA e a CONAB em 2004 e 2005 seguiram a mesma direção. Isto somente foi possível após a criação das exceções às sementes crioulas na nova Lei de Sementes e Mudanças. De 2001 a 2005, por estes convênios se adquiriram mais de 165 toneladas de 46 variedades de sementes da paixão dos próprios agricultores familiares vinculados aos bancos, para reforçar os estoques dos bancos existentes e formar novos.

Banco de Sementes Comunitário de São Tomé, no Município de Alagoa Nova, na Paraíba.

Arquivo AS-PTA



Os componentes da Rede acreditam que os maiores tesouros dos/as agricultores/as estão em casa, nos seus estoques familiares. Neste sentido, a experiência busca reforçar os estoques comunitários e familiares de sementes, que andam de mãos dadas com a promoção de uma maior variabilidade. Por exemplo, alguns BSCs têm estoques “coringa”, que emprestam semente para plantar e também grão para garantir o alimento, evitando que a família se veja obrigada a consumir sua reserva de sementes.

Para além destas iniciativas, existem outras atividades implementadas pela Rede Sementes que têm como objetivo apoiar este trabalho de conservação da diversidade feito pelas famílias nas comunidades. As principais são a organização de momentos de troca de informação e de materiais fora das comunidades, a valorização de experiências familiares através da produção de pequenos boletins, a implementação de pequenos estudos participativos da diversidade local, o estabelecimento de diversas parcerias com instituições de pesquisa e a organização de diversos tipos de cursos. Já foram resgatadas 300 variedades de sementes.

A gestão do banco de sementes reforça as redes horizontais locais tradicionais de troca de material genético e de informações sobre elas. As mulheres e homens, portadores de experiências de conservação deste grande patrimônio genético, recebem e fazem visitas. Foi através das trocas de experiências e feiras de sementes que muitos conhecimentos foram recuperados e estão vivos hoje nas casas, nas comunidades e nas organizações de agricultores.

A experiência da Paraíba mostra claramente que os agricultores detêm um saber tradicional de conservação da agrobiodiversidade valioso e possuem complexas estratégias individuais e coletivas voltadas para a manutenção deste patrimônio genético. Desde sua constituição, a Rede vem qualificando técnica e politicamente essas estratégias.

Esta experiência evidencia também que, quando as políticas públicas reforçam iniciativas de inovação dos agricultores para resolverem seus próprios problemas, como é o caso dos bancos de sementes comunitários, elas têm impactos mais significativos e geram processos de desenvolvimento sustentável.

¹ Assessora Técnica da AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa - Rio de Janeiro.

² Consultor para a FAO; estudante de doutorado na Universidade de Wageningen, Países Baixos; Recife.

³ Nesta época o preço pode chegar a ser quatro vezes maior que na época da colheita.

⁴ Companhia Nacional de Abastecimento / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Práticas de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças do Movimento de Mulheres Camponesas de Santa Catarina

Inês Claudete Burg¹ e Carmem Munarini²

O Movimento de Mulheres Agricultoras, hoje Movimento de Mulheres Camponesas³ (MMC), iniciou suas atividades há 22 anos em Chapecó, Santa Catarina, combinando as lutas de gênero e classe. Naquele momento a luta pela “previdência pública universal e solidária” e a garantia da condição de segurasdas especiais acompanhou a campanha “nenhuma mulher agricultora sem documentação”. Essas ações resultaram na conquista de espaços e direitos na sociedade, como o salário maternidade. Juntamente com essas questões, vem sendo colocado em evidência o debate sobre a relação das mulheres com a produção de alimentos e a sua importância na geração e reprodução da vida.

Em 2002, compreendendo que o Movimento tem um papel importante na defesa da soberania alimentar, o MMC decidiu desenvolver um programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças. Seus principais objetivos são contribuir para a construção de novas relações de gênero; aprofundar a consciência ambiental; recuperar a sabedoria popular na produção de alimentos; oferecer às mulheres o acesso a novas técnicas de recuperação, produção e melhoramento de sementes; oportunizar a troca de conhecimento entre as mulheres e destas com suas comunidades; e elevar a auto-estima das mulheres e a valorização de sua profissão, possibilitando o seu reconhecimento como produtoras, criadoras e recriadoras da vida.

O programa está sendo desenvolvido com grupos de base do MMC/SC que mostraram interesse em estudar e desenvolver as experiências em suas unidades de produção e em suas comunidades. As atividades relacionadas à recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças são realizadas em oficinas regionais, utilizando uma metodologia com os princípios da educação popular. Para compor o público participante, as coordenadoras municipais do movimento identificam as mulheres interessadas e quais sementes elas querem recuperar e cultivar. Essas mulheres e suas experiências vão se transformando em referência para outras que vão se agregando ao programa.

Nas oficinas, além da apresentação do programa, são trabalhados temas como a recuperação das experiências de produção que as mulheres camponesas já desenvolvem, incluindo a recuperação dos processos de produção/reprodução das semen-

tes, secagem e armazenamento; o surgimento da agricultura; os diversos modelos de agricultura existentes; princípios da agroecologia; informações técnicas sobre formação e composição do solo, seu manejo ecológico e a identificação de plantas indicadoras de sua condição atual; troca solidária de sementes; a relação da terra com o alimento e a saúde; visitas a experiências em andamento relacionadas ao objetivo do programa; crédito especial para mulheres; assim como planejamento das atividades de recuperação, produção e melhoramento de sementes.



Sementes produzidas pelas mulheres camponesas em Santa Catarina. Arquivo MMC

Após a realização das oficinas regionais, ocorrem seminários para avaliação das atividades, aprofundamento dos temas trabalhados e encaminhamento de propostas para continuidade do programa.

Em 2002 foram realizadas 13 oficinas, com 3 etapas cada, em 12 das 13 regionais do MMC em Santa Catarina. Em 2003 foi realizado, em Curitiba, o Seminário Estadual *"Filhas da terra produzindo sementes crioulas de hortaliças, alimentando sonhos de liberdade"*, com a participação de 852 mulheres. Nesta oportunidade também foram apresentadas as experiências em andamento e foi realizada uma feira de trocas de sementes. Deliberou-se então pela continuidade do projeto, por sua ampliação e pela qualificação das práticas de recuperação, produção e melhoramento das sementes nos municípios onde ainda não existia a experiência.

Atualmente existem grupos de mulheres em 64 municípios, envolvendo 977 mulheres que estão produzindo 26 espécies de hortaliças, incluindo cenoura, tomate, alface, pepino, radiche, feijão-de-vagem, melão, melancia, pimentão, orégano, salsa, batatinha, chicória, rúcula, mostarda, quiabo, chuchu, couve, alho, morango, jiló, melancia de porco, ervilha, gengibre, fava e batata cará.

Entre as limitações do programa, percebe-se que as mulheres comumente enfrentam dificuldades que as impedem de participar mais ativamente das atividades e de implementar as ações a que se propõem. Uma das causas da limitação na participação é a questão financeira, considerando as distâncias

entre as comunidades e municípios e os custos de deslocamento. Outro problema identificado é a sobrecarga de trabalho, em parte explicada pelo modelo de agricultura predominantemente praticado na região, que cada vez mais transforma os/as camponeses/as em *escravos* do trabalho, principalmente nos casos de integração às agroindústrias. No entanto, há também necessidade de se rever a divisão do trabalho dentro das famílias, que tende a ser injusta para as mulheres, impedindo-as de participar de atividades externas à propriedade.

É preciso reconhecer que as mulheres camponesas contribuem com a sociedade, desenvolvendo um conjunto de atividades cotidianas não valorizadas e nem reconhecidas, inclusive economicamente. Exemplos disso são a produção de alimentos (verduras, frutas, grãos, legumes, pequenos animais) e de plantas medicinais; a fabricação de compotas, conservas e embutidos; a organização da casa e do quintal; o cuidado com as crianças, idosos e pessoas portadoras de cuidados especiais; a proteção de fontes de água; a conservação de sementes e mudas etc. Este conjunto de ações é de responsabilidade das mulheres e, em geral, apesar de garantir a maior parte dos alimentos para as famílias, não é contabilizado como trabalho produtivo.

As sementes são um patrimônio dos povos a serviço da humanidade, por isso não devem ser vendidas e nem negociadas, mas sim partilhadas entre os povos, pois são eles os eternos guardiões desta riqueza. E, para as mulheres do MMC, a defesa da Agricultura Camponesa deve ter um objetivo político, de transformar o Brasil em uma nação justa, soberana e digna, que tenha no campesinato a base da produção de alimentos e da preservação da biodiversidade.

Segundo a percepção do MMC, o programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas de hortaliças tem contribuído neste sentido. Ele tem se transformado em um espaço onde as mulheres e suas famílias – preocupadas com a reprodução da vida em todos os seus aspectos – encontram um lugar de estudo, análise e debate sobre sua realidade, qualificando e potencializando os conhecimentos produzidos e repassados entre as gerações.

¹ Eng. Agrônoma, GT Biodiversidade da Articulação Nacional de Agroecologia.

² Movimento das Mulheres Camponesas de Santa Catarina – MMC/SC.

³ O que genericamente se denomina dentro do movimento

“mulher camponesa” inclui a pequena agricultora, a pescadora artesanal, a quebradeira de coco, a extrativista, a arrendatária, a meeira, a ribeirinha, a posseira, a bóia-fria, a diarista, a parceira, a sem terra, a acampada e a assentada, a assalariada rural, a quilombola e a indígena.

Seminário de Biodiversidade: recorte sementes (síntese dos debates)

O grupo de participantes do II ENA que durante dois dias discutiu o tema das sementes ultrapassou 100 pessoas. No primeiro dia, os trabalhos começaram com a apresentação das quatro experiências relatadas anteriormente. Após as apresentações, iniciou-se o debate, que num primeiro momento correu livre, estimulado pelas experiências apresentadas e, em seguida, foi orientado de modo a identificar e aprofundar os avanços, os entraves e as propostas para o livre uso das sementes da biodiversidade.

Os participantes ressaltaram a importância do grande número de experiências, desenvolvidas pelos próprios agricultores/as e suas organizações, em diferentes regiões do País, que vêm promovendo o resgate, a conservação e a difusão das sementes de variedades crioulas, também conhecidas como tradicionais ou “da paixão”. Essas iniciativas têm permitido a milhares de agricultores/as o acesso a sementes diversificadas e de qualidade, que têm sido a base para os processos de transição agroecológica. Observou-se também que as sementes não são um mero insumo agrícola, mas bens culturais, patrimônio dos povos a serviço da humanidade.

Apesar de a nova legislação brasileira de sementes e mudas permitir a multiplicação, o intercâmbio, a comercialização e o uso de sementes crioulas no âmbito da agricultura familiar, ainda são poucas e incipientes as políticas públicas que promovem estes direitos. Um exemplo positivo neste sentido é o Mecanismo de Compra Antecipada e Doação Simultânea de Sementes, operacionalizado pela Conab¹ no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos. Infelizmente, ao contrário deste caso, o Estado em geral favorece o agronegócio com suas sementes híbridas, transgênicas e envenenadas. E, sobretudo nas regiões mais carentes, são comuns os programas politiqueiros de fornecimento de sementes, que desprezam as sementes crioulas adaptadas às condições ecológicas locais e aos sistemas de manejo utilizados por agricultores/as familiares, e promovem a difusão de sementes industriais e homogêneas, normalmente importadas de outras regiões.

As pessoas e organizações presentes ao seminário identificaram um conjunto de avanços e desafios do movimento agroecológico em relação ao tema do uso e conservação das sementes da biodiversidade e elaboraram propostas neste campo. Estas reflexões estão resumidas a seguir.

Avanços:

No plano legal, a aprovação, em 2003, da nova Lei de Sementes e Mudanças (10.711/03) facilitou significativamente o uso, o intercâmbio e a difusão das sementes crioulas.

Com relação à organização do movimento agroecológico, foi ressaltada a importância do esforço de identificação e sistematização de experiências de uso de sementes de variedades locais em diferentes contextos socioambientais e biomas brasileiros. Da mesma maneira, valorizou-se a participação de um número significativo de portadores dessas experiências nos encontros estaduais e regionais preparatórios ao II ENA, assim como no próprio II ENA. Observou-se ainda o crescimento, desde o I ENA, realizado em 2002, do número de experiências que trabalham com sementes numa perspectiva agroecológica², a consolidação dessas experiências e uma maior organização e mobilização popular sobre o tema.

Ainda tratando do movimento agroecológico, foi valorizada a diversidade e a pluralidade de estratégias políticas, técnicas e metodológicas na busca de autonomia na produção de sementes, que incluem bancos e casas de sementes, cursos e outras atividades de formação, resgate de variedades, ensaios de competição, melhoramento participativo, comercialização de sementes, hortas e campos comunitários, bancos de dados e feiras de trocas de sementes. Observou-se também que a maior parte das experiências que se iniciam com o tema das sementes acaba avançando para mobilizar outras dimensões da agricultura familiar e camponesa com enfoque agroecológico.

Por fim, reconheceu-se a importância dos/as agricultores/as e suas organizações, que têm sido os verdadeiros guardiões das sementes crioulas como patrimônio dos povos a serviço da humanidade.

Entraves e desafios:

Foram identificados alguns entraves colocados pela nova Lei de Sementes e Mudanças, tanto envolvendo sementes crioulas, como sementes comerciais registradas. O primeiro foi a dificuldade de acesso ao SEAF (Seguro da Agricultura Familiar, também chamado de Proagro Mais) por agricultores/as que plantam sementes crioulas. Em outros casos, normas infra-legais (decretos, instruções normativas, portarias) extrapolam a lei, restringindo conquistas dos/as agricultores/as familiares. Já agricultores/as e organizações que produzem sementes comerciais registradas enfrentam hoje uma série de dificuldades para cumprir as exigências da legislação, sendo que o acesso a sementes básicas³,

fundamental para a produção para o mercado formal, tem sido fortemente restrito às organizações da agricultura familiar.

Apesar de a nova lei de sementes permitir a criação de políticas públicas que valorizem o uso de sementes crioulas, a maior parte dos programas estaduais de distribuição de sementes desconsidera estas variedades. Além disso, as poucas políticas públicas que estimulam o uso e apóiam a comercialização de sementes crioulas (como o PAA operacionalizado pela Conab) correm risco de descontinuidade.

Observou-se que é preciso ter cuidado nas parcerias entre as organizações de agricultores/as e órgãos públicos de pesquisa (universidades, Embrapa e órgãos estaduais de pesquisa), pois embora haja iniciativas importantes, há pesquisadores interessados em promover a apropriação privada dos recursos genéticos e dos conhecimentos populares.

Também foi mencionada a pequena visibilidade das experiências de uso e manejo sustentável da biodiversidade para a sociedade como um todo.

Por fim falou-se das sementes transgênicas, que expõem as sementes crioulas a enormes riscos de contaminação genética.

Propostas:

No plano legal, propõe-se lutar para que a legislação brasileira de sementes e mudas não negue o direito dos/as agricultores/as de produzir, trocar e comercializar suas sementes. Os participantes do seminário também se posicionaram contrários à proposta de enquadramento das variedades crioulas no RNC (Registro Nacional de Cultivares), bem como em qualquer forma de apropriação privada do agronegócio. Propõe-se ainda criar mecanismos para impedir a apropriação e o uso indevido das variedades crioulas, mantendo a regulação sobre o acesso ao patrimônio genético no âmbito do Ministério do Meio Ambiente.

As organizações também lutarão para que os programas de crédito rural, seguro agrícola, assistência técnica e os programas estaduais de sementes fomentem o uso livre e autônomo das sementes crioulas sob um enfoque agroecológico, garantindo os direitos dos/as agricultores/as. Além disso, lutarão pela criação de novas políticas públicas, nos diversos níveis, de incentivo às iniciativas locais de uso livre e autônomo da biodiversidade, inclusive comprando e distribuindo sementes crioulas produzidas pelos/as agricultores/as e suas organizações. Neste sentido, o enfoque dos programas nacionais, estaduais e municipais de sementes também deve ser reorientado, de modo a promo-

ver a autonomia dos/as agricultores/as em relação às sementes e evitar a dependência das doações, que favorece o uso assistencialista e politiquero das sementes.

Os participantes do encontro propõem também a criação de uma rede nacional de sementes, com alocação de recursos públicos e controle popular, além da ampliação do mecanismo de compra e distribuição de sementes crioulas do PAA, operacionalizado pela Conab.

Deve-se estimular a condução de pesquisas participativas junto aos agricultores/as para o desenvolvimento de sistemas de produção diversificados que utilizam sementes crioulas.

Os participantes do seminário manifestaram-se contra a liberação dos cultivos transgênicos, sobretudo os de milho. Lutarão também para que o Estado passe a garantir indenização a agricultores que tiverem suas lavouras contaminadas por transgênicos.

Com relação à organização dos agricultores, argumentou-se que o movimento agroecológico deve promover a articulação entre as experiências, inclusive através de intercâmbios, e buscar dar visibilidade a elas. A articulação em nível internacional também deve ser favorecida. Também se reforçou a importância da ampliação e do fortalecimento do Grupo de Trabalho de Biodiversidade da ANA.

Sugeriu-se ainda favorecer a ampliação e estruturação dos bancos de sementes comunitários e promover festas e feiras de intercâmbio de sementes crioulas.

Por fim, sugeriu-se popularizar o debate sobre as implicações da legislação de sementes e mudas sobre a agricultura familiar.

¹ O responsável pelo PAA é um Grupo Gestor formado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Ministério da Fazenda. As operações são feitas pela Companhia Nacional de Abastecimento / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

² No I ENA foram inscritas 17 experiências no tema das sementes. No II ENA este número passou para 47.

³ Segundo o sistema de classificação de sementes criado pela nova Lei de Sementes e Mudas (10.711/03), as sementes básicas são produzidas pelo melhorista genético ou pelo mantenedor da variedade, tendo garantidas suas características de identidade genética e pureza varietal.



Capítulo 2 – Plantas Medicinais

Experiências apresentadas no Seminário de Biodiversidade do II ENA no tema das Plantas Medicinais

No sub-grupo do Seminário sobre Biodiversidade do II ENA dedicado a discutir a questão das plantas medicinais foram apresentadas duas experiências, desenvolvidas em contextos socioambientais distintos. Ambas foram capazes de trazer à tona elementos importantes sobre o tema e animar o debate que se seguiu no sub-grupo.

Medicina Popular do Cerrado: sistema de saúde invisível num bioma de luz

Jaqueline Evangelista¹ e Lourdes Laureano²

O bioma Cerrado ocupa 25% do território brasileiro e se caracteriza por possuir grande biodiversidade, por ser o berço das águas do Brasil e por preservar um inestimável patrimônio cultural expresso em conhecimentos tradicionais aplicados ao uso de seus recursos naturais.

As plantas medicinais do Cerrado são utilizadas na medicina popular através do atendimento de saúde realizado por conhecedores tradicionais e por grupos organizados nas comunidades.

O trabalho dos grupos é conhecido pela eficácia de seus tratamentos e exercício de uma prática de saúde confiável e solidária. Uma das principais

características deste trabalho é o acesso das pessoas aos remédios, que são vendidos a baixo custo ou doados a quem não pode pagar.

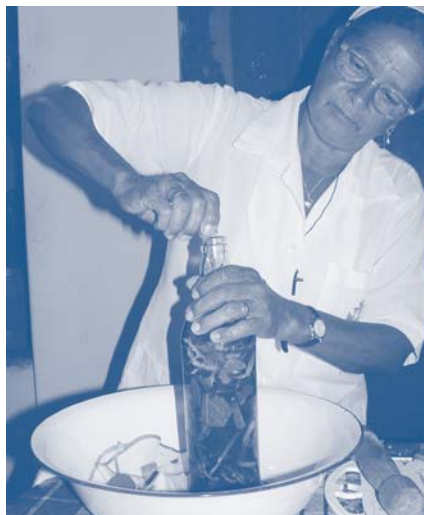
A partir da experiência vivenciada, os grupos promovem oficinas e cursos de plantas medicinais e alimentação para outros grupos e comunidades; trocam informações; realizam intercâmbios e se articulam através de movimentos populares e redes socioambientais.

Em 1999, nasceu a Articulação Pacari, uma rede socioambiental que reúne pessoas, grupos comunitários, pastorais e associações que trabalham com medicina popular e uso da biodiversidade em 10 regiões dos estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins, Maranhão e Mato Grosso do Sul.

Farmácias populares de plantas medicinais

Os locais de preparação dos remédios de plantas medicinais utilizados pelos grupos comunitários foram denominados coletivamente pela Pacari como “farmácias populares de plantas medicinais”, que se diferenciam em categorias, sendo mais comuns a Caseira e a Básica.

A *farmácia popular caseira* é o espaço de uma cozinha doméstica, adaptado para preparar remédios com plantas medicinais, e utiliza estruturas básicas como mesa, pia com água corrente e fogão. Os utensílios e materiais utilizados para a preparação dos remédios geralmente são separados dos utilizados na cozinha da família.



Preparação de remédio caseiro na Farmácia Popular de Plantas Medicinais da Pastoral da Saúde de Itaberaí, em Goiás. Arquivo Articulação Pacari

A *farmácia popular básica* tem praticamente as mesmas características da farmácia caseira e se diferencia por possuir espaço próprio, em local específico na comunidade, e ser aberta ao público em geral. A sua estrutura é simples, geralmente adaptada para a preparação de remédios com plantas medicinais, possuindo um ou dois cômodos (salas) e um banheiro, além de uma horta de plantas medicinais.

As farmácias populares produzem em média 40 tipos diferentes de remédios com o uso de aproximadamente 70 espécies de plantas medicinais, sendo 30% nativas do Cerrado.

Auto-regulação da medicina popular

Os grupos comunitários expressam muita preocupação e receio de prestar um serviço informal de saúde à comunidade sem o seu reconhecimento por políticas públicas. O principal sentimento é de medo que a vigilância sanitária possa fechar a farmacinha ou aplicar multas, ou ainda mover algum processo judicial sobre as pessoas responsáveis pelo trabalho.

A estratégia identificada pela Pacari para começar a superar esta insegurança foi a de influenciar a formulação de políticas públicas e fortalecer a ação dos grupos comunitários através de capacitações.

Essa demanda resultou na realização de cursos denominados “Boas Práticas Populares de Manipulação e Manejo de Plantas Medicinais do Cerrado”, com a duração média de 200 horas de aula.

Um dos principais resultados dos cursos foi o início da elaboração coletiva de técnicas de controle de qualidade para a preparação de remédios nas farmácias populares de plantas medicinais.

Esta iniciativa contribuiu para o sentimento de segurança dos grupos e despertou para a necessidade da construção de uma proposta técnica ampla e politicamente articulada entre a sociedade civil para a prática da medicina popular. Esta proposta política foi denominada “auto-regulação da medicina popular”.

Instrumentos para a Auto-regulação da medicina popular

A proposta de *auto-regulação da medicina popular* se baseia no princípio da certeza do que é feito em uma farmácia popular de plantas medicinais. Este princípio está sendo construído através de três critérios básicos: o conhecimento tradicional sobre o uso medicinal das plantas que compõem o remédio; a qualidade da planta utilizada para se fazer o remédio; e as boas práticas utilizadas na preparação do remédio.

A Farmacopéia Popular do Cerrado

A experiência sobre o uso tradicional das plantas medicinais para determinados sintomas e doenças está sendo registrada na *Farmacopéia Popular do Cerrado*. A Farmacopéia é um livro de linguagem fácil e descreve a ecologia, o manejo e o uso das plantas medicinais do Cerrado.

A Farmacopéia está sendo elaborada por Comissões Regionais formadas por conhecedores tradicionais, representantes comunitários e técnicos. A metodologia utiliza o *diálogo de saberes*, que valoriza o conhecimento tradicional como a base da pesquisa e proporciona a sua complementação com informações técnicas e científicas.

As Comissões Regionais da Farmacopéia foram capacitadas sobre a medida provisória (MP 2186-16/01) que determina normas e regras para o acesso à biodiversidade e aos conhecimentos tradicionais associados. A capacitação das Comissões contou com a parceria do Departamento do Patrimônio Genético do Ministério do Meio Ambiente e teve o objetivo de subsidiar a elaboração de estratégias para a proteção dos conhecimentos tradicionais que estão sendo registrados na Farmacopéia.

Outra estratégia para a proteção dos conhecimentos tradicionais da Farmacopéia é o seu registro como Bem Cultural de Natureza Imaterial³. Este registro foi solicitado ao IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) do Ministério da Cultura.

Produção agroecológica e manejo sustentável de plantas medicinais

A certeza da qualidade das plantas a serem utilizadas na preparação dos remédios está relacionada principalmente à identificação correta da espécie, ao cultivo agroecológico ou à sua coleta com técnicas sustentáveis; ao processo de secagem com temperaturas adequadas; e ao processamento, armazenamento e transporte sem contaminações.

A origem da aquisição de plantas pelos grupos comunitários é muito diversificada. As plantas medicinais são cultivadas ou coletadas pelo próprio grupo, ou doadas por terceiros, ou adquiridas através de trocas por remédios ou ainda compradas em mercados, distribuidoras ou raizeiros.

A partir da diversidade de origem, os grupos comunitários estão levantando pontos críticos e elaborando indicadores para avaliar a qualidade das plantas provenientes de ambientes com vegetação nativa, sistemas agroflorestais, quintais e hortas orgânicas.

O processo de auto-regulação também tem fortalecido a proposta política de priorização do uso de plantas nativas na preparação de remédios pelos grupos comunitários. Para isso, estão sendo desenvolvidas experiências piloto de planos de manejo de plantas medicinais por ambientes e a discussão para a criação de reservas extrativistas de plantas medicinais.

Boas práticas populares de preparação de remédios de plantas medicinais

Outro critério que está sendo trabalhado junto aos grupos é a certeza do controle de qualidade na preparação de remédios de plantas medicinais, através do levantamento de todos os *modos de fazer* das atividades desenvolvidas em uma farmácia popular.

Os critérios mais discutidos são relativos às condições da estrutura da farmácia popular, aos equipamentos e utensílios utilizados, e aos procedimentos adotados, principalmente de limpeza e esterilização.

O registro das informações e conhecimentos gerados em uma farmácia popular também é um grande desafio para a auto-regulação, como o número de pessoas atendidas/mês, principais doenças tratadas, volume de remédios dispensados, custo médio por pessoa atendida, quantidade de plantas utilizadas, dados sobre a eficácia dos remédios, entre outras informações.

Trazar à luz o significado deste trabalho

As farmácias populares de plantas medicinais têm raízes numa realidade de exclusão social e se destacam pela prestação de serviços básicos de saúde. As pessoas envolvidas neste trabalho geralmente têm muita fé e são tesouros vivos que guardam e transmitem a nossa cultura popular.

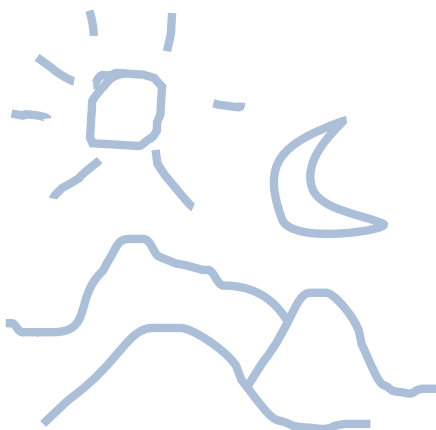
Um levantamento realizado no Território do Vale do Rio Vermelho, em Goiás, apontou que aproximadamente 2.500 pessoas são atendidas por mês através do trabalho de cinco farmácias populares de plantas medicinais.

A Articulação Pacari vem tecendo uma rede de informações entre as comunidades para trazer à luz o significado deste trabalho e, através de seu reconhecimento social, contribuir para a configuração de uma política nacional de saúde que integre diretrizes ambientais e culturais.

¹ Agrônoma, assessora da Articulação Pacari.

² Farmacêutica, mestre em biologia, assessora da Articulação Pacari.

³ O Bem Cultural de Natureza Imaterial é um patrimônio do povo atribuído a algo que ele pratica em sua vida como: rezas, festas, música, feiras, uso de plantas, etc. O seu registro é importante para garantir a sua continuidade histórica e a sua proteção.



Rede Fitovida: Grupos Comunitários de Saúde se Organizam em Rede para a Preservação dos seus Bens Culturais no Rio de Janeiro

Elisabeth da Cruz Marins¹, Lucieni de Menezes Simão², Luzia da Glória Silva Martins³, Marcio Mattos de Mendonça⁴, Maria Cristina Campos Ribeiro⁵ e Viviane Ramiro da Silva⁶

A Rede Fitovida é uma articulação de grupos populares e comunitários preocupados em manter vivos os conhecimentos e os usos tradicionais das plantas medicinais. Atualmente, a Rede é composta por 108 grupos distribuídos em comunidades urbanas e rurais de 5 regiões do estado do Rio de Janeiro, a saber: Metropolitana (município do Rio de Janeiro), Serrana (Petrópolis e Teresópolis), Sul (Volta Redonda, Barra Mansa e Valença), Norte (Campos e outros Municípios) e Baixada Fluminense (9 municípios), além dos municípios de São Gonçalo e Niterói.

Em todas essas regiões, diversas pessoas e grupos vinham há anos realizando trabalhos e práticas similares, cultivando e manipulando plantas medicinais a partir do resgate de conhecimentos tradicionais de cada lugar. A partir de algumas visitas de intercâmbio de experiências foi-se formando uma grande rede de trocas e se consolidando um movimento popular de grupos comunitários que têm em comum a prática da solidariedade e o compromisso com a transformação da sociedade. Os grupos e pessoas envolvidos neste trabalho não têm fins lucrativos e encontram na natureza sua fonte de inspiração. Os seus produtos são trocados, doados e comercializados somente para a auto-sustentação do trabalho.



Embora a Rede não pertença a uma organização religiosa, a maioria dos grupos recebe apoio da Igreja Católica, principalmente da Pastoral da Saúde. Alguns grupos estão vinculados a

Espaço coletivo de plantas medicinais do Grupo Semente Viva, da Rede Fitovida Metropolitana, no Rio de Janeiro. Arquivo AS-PTA

movimentos sociais, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Comissão Pastoral da Terra (CPT). Além disso, os grupos estabelecem parcerias com organizações e articulações locais.

Através da constituição da Rede surgiram os Encontros da Partilha, semestrais, para trocas de experiências, sempre direcionados para temas concretos. Nestes encontros são elaborados boletins, chamados de “Fitoteias”, que veiculam as informações trocadas nas partilhas e debatem questões sociais, políticas e culturais que interferem nas ações da Rede.

Ao longo deste processo de organização popular, os grupos foram gradativamente identificando pontos de estrangulamento na ação comunitária. O mais importante deles é a falta de reconhecimento e de políticas públicas que respeitem os saberes do povo como conhecimentos culturalmente construídos. Outro problema identificado foi a dificuldade de participação dos grupos nos conselhos de saúde municipais, principalmente devido à dificuldade de mobilização das comunidades e à falta de formação na área.

A primeira estratégia adotada para superar esta dificuldade foi o fortalecimento das pessoas e dos grupos através da participação na Rede. A segunda foi a busca de parcerias para o fortalecimento do trabalho nas comunidades, buscando também influenciar as políticas públicas.

Mas a articulação da Rede Fitovida com outros grupos organizados pelo país, através da participação em encontros e seminários, vem fortalecendo a luta pela superação das dificuldades encontradas. Foi a partir destes intercâmbios que integrantes da Rede tomaram conhecimento do Decreto 3.551/2000, que instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional de Patrimônio Imaterial, que prevê o inventário das manifestações de caráter tradicional e popular por todo o território brasileiro.

Até a “descoberta” deste Decreto, a Rede Fitovida encontrava-se num impasse entre criar uma estrutura formal institucionalizada, que buscasse enquadrar as práticas de saúde alternativa seguindo os preceitos do Ministério da Saúde, ou manter suas características populares. Em seu último grande encontro, realizado em julho de 2003, a Rede decidiu manter firmemente os princípios comunitários, de modo que a possibilidade de uma defesa cultural do uso popular de plantas medicinais tornou-se premente.

Desta maneira, a Rede Fitovida assinou, em novembro de 2004, um termo de compromisso junto ao IPHAN⁷ para a utilização da metodologia do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Esta metodologia vem sendo utilizada para a sistematização das práticas adotadas pelos grupos da Rede Fitovida, através de

um processo de levantamento de informações junto aos grupos. A Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA), a Pastoral da Saúde e o Laboratório de Educação Patrimonial (Laboep) da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF), vêm apoiando a Rede na execução do INRC.

O inventário tem se constituído numa importante pesquisa sobre as práticas dos grupos envolvidos na Rede Fitovida. Tem se mostrado também uma importante ferramenta para os processos de formação, mobilizando as comunidades no levantamento das suas referências culturais. Nota-se que este processo de levantar as informações e sistematizar o conhecimento disperso é formador da cidadania e instrumento poderosíssimo de pressão política da sociedade civil junto ao poder público.

As descrições contidas no inventário sobre plantas medicinais da Rede Fitovida vão desde os processamentos até os usos das plantas medicinais; da obtenção das matérias-primas às receitas dos remédios caseiros; de quem está envolvido com todo o procedimento de manejo das plantas medicinais (cultivo, colheita, aquisição, beneficiamento etc.) a quem as consome. Também está sendo feito o mapeamento das regiões e das referências locais em coleta e uso de plantas medicinais (pessoas reconhecidas nas comunidades por sua experiência no manejo das plantas medicinais, como raizeiros, curandeiros, agentes de saúde, líderes comunitários etc.).

Sabe-se que muitos são os interesses envolvendo as corporações transnacionais, os grandes laboratórios, a propriedade intelectual e registros de patentes (levando aos saques à biodiversidade) e as acusações de práticas de curandeirismo, que desqualificam os fazeres da farmacopéia popular. Para além de todos esses conflitos de interesse, temos ainda as agências de saúde pública operando com um olhar burocrático, preocupado apenas com os princípios ativos das plantas. São lógicas conflitantes, pois a ênfase da farmacopéia popular está baseada na experiência, e não simplesmente no olhar molecular.

O Inventário tem sido um instrumento importante para a Rede Fitovida, por permitir o reconhecimento público das práticas de uso e manejo das plantas medicinais, fortalecendo o trabalho dos grupos comunitários e ajudando a manter vivas as tradições populares.

¹ Graduada em Administração de Empresas e coordenadora do Inventário da Rede Fitovida – INRC/ IPHAN.

² Mestre em História pela PUC-RJ e doutoranda em Antropologia pelo PPGA/UFF. É também uma das coordenadoras do Inventário da Rede Fitovida – INRC/IPHAN.

³ Mestre em Botânica e coordenadora do Inventário da Rede Fitovida – INRC/IPHAN.

⁴ Mestre em Agronomia pela UFRRJ e coordenador do Programa de Agricultura Urbana da Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA). Integrante e pesquisador da Rede Fitovida.

⁵ Técnica em enfermagem e integrante e pesquisadora da Rede Fitovida.

⁶ Fisioterapeuta sanitária. Integrante e pesquisadora da Rede Fitovida.

⁷ Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / Ministério da Cultura.

Seminário de Biodiversidade: recorte plantas medicinais (síntese dos debates)

Este sub-grupo do Seminário sobre Biodiversidade contou com a presença de mais de 60 pessoas, em sua grande maioria mulheres, de 20 estados brasileiros. Os participantes representavam principalmente grupos comunitários, associações e pastorais que coletam e/ou cultivam plantas medicinais, preparam remédios caseiros e realizam atendimentos de saúde. Estas organizações locais se articulam em movimentos de agricultoras/es, movimentos de mulheres, movimentos de saúde popular e redes sócio-ambientais.

A primeira parte do seminário contou com a apresentação das experiências relatadas acima. A questão da insegurança dos grupos comunitários que praticam a medicina popular pelo fato de a atividade não ser regulamentada por políticas públicas foi o tema principal do Seminário, e as estratégias desenvolvidas pelas organizações para alcançar reconhecimento social e político foram bastante discutidas.

Após as apresentações, houve a exposição do texto da “Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos” que, por ocasião do II ENA, estava para ser assinada pelo Presidente da República. Foram destacadas as diretrizes 10, 12 e 13, que tratam respectivamente de:

- Promover e reconhecer as práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros;
- Promover o uso sustentável da biodiversidade e a repartição dos benefícios derivados do uso dos conhecimentos tradicionais associados e do patrimônio genético;
- Promover a inclusão da agricultura familiar nas cadeias e nos arranjos produtivos das plantas medicinais, insumos e fitoterápicos;

A seguir, apresenta-se uma síntese das dificuldades identificadas e das propostas do grupo para o tema.

Principais dificuldades e desafios:

Ressaltou-se a falta de regulamentação sobre a prática popular do uso de plantas medicinais e sobre a comercialização de plantas medicinais e remédios caseiros.

Observou-se que existe uma grande confusão de entendimento sobre a “Política Nacional de Práticas Complementares e Integrativas no SUS – Sistema Único de Saúde” e a “Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos”.

A carência de políticas públicas que valorizem o uso popular de plantas medicinais e remédios caseiros foi lamentada, bem como a ausência de remédios de plantas medicinais – fitoterápicos – no SUS.

No campo organizacional, falou-se da falta de infra-estrutura para os grupos comunitários prepararem remédios de plantas medicinais, da falta de apoio para capacitação dos grupos comunitários sobre plantas medicinais, bem como da falta de assistência técnica e extensão rural para a produção agroecológica e o manejo sustentável de plantas medicinais.

Foi também mencionada a dificuldade de obtenção de plantas medicinais, tanto no meio rural como no meio urbano, devido, principalmente, à degradação ambiental e à contaminação por agrotóxicos. No meio urbano ainda há a dificuldade de obtenção de mudas e sementes de plantas medicinais. E é crescente a dificuldade de acesso das comunidades às áreas de preservação ambiental para a coleta de plantas medicinais nativas.

Ainda com relação ao acesso às plantas medicinais, um fator que preocupa bastante é a possibilidade de patenteamento de plantas medicinais nativas por empresas.

Passando para o tema do conhecimento, foi mencionada a falta de estudos sobre plantas nativas e sua inclusão na Farmacopéia Brasileira, assim como de estudos das plantas medicinais em linguagem popular. Lamentou-se o fato de a medicina popular não ser ensinada para os filhos de agricultores nas escolas públicas. Percebe-se ainda dificuldade para dar continuidade à transmissão do conhecimento tradicional.

Observou-se a falta de revalorização e resgate do uso das plantas medicinais nativas, assim como a falta de valorização dos ofícios dos conhecedores tradicionais e a sua importância para a saúde das comunidades.

Falou-se também do papel da mídia, que trabalha a serviço da indústria farmacêutica e desqualifica o uso popular de plantas medicinais. Em verdade, esta desqualificação é praticada por vários setores da sociedade e do governo. Da mesma forma, o trabalho popular com plantas medicinais é desvalorizado pela classe médica.

Por fim, foi mencionada a dificuldade de continuidade do trabalho comunitário quando há mudança de governo municipal e de representantes da igreja, assim como a falta de articulação entre os movimentos populares.

Propostas:

As propostas elaboradas pelo grupo de participantes do seminário derivam diretamente das dificuldades identificadas, buscando superá-las.

No campo das políticas públicas, propõe-se influenciar a elaboração da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos para a promoção das práticas populares de uso das plantas medicinais. No mesmo sentido, buscar-se-á o reconhecimento social das práticas populares de uso de plantas medicinais e uma dinâmica de inclusão de remédios de plantas medicinais no SUS (Sistema Único de Saúde), partindo do envolvimento das comunidades.

Ainda no campo das políticas, propõe-se promover assessoria, capacitação e assistência técnica para o manejo e o uso das plantas medicinais nativas pelas comunidades. Sugere-se também garantir o acesso das comunidades a plantas medicinais de boa qualidade através de reservas extrativistas no meio rural e urbano, bem como prover infra-estrutura e condições básicas para o trabalho dos grupos comunitários com plantas medicinais.

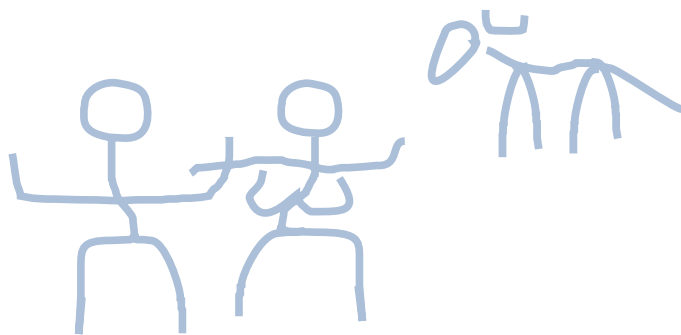
Passando para o tema do conhecimento, sugere-se produzir estudos sobre as plantas medicinais brasileiras em linguagem popular e elaborar a Farmacopéia Popular Brasileira. Deve-se ainda promover a transmissão do conhecimento popular e a valorização da cultura popular, assim como a transmissão e a proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade.

Será fundamental também garantir a proteção contra a apropriação privada indevida de plantas medicinais e do conhecimento tradicional associado a elas.

No plano organizativo, propõe-se promover uma articulação nacional das redes e movimentos que trabalham com saúde e plantas medicinais.

Finalmente, para o próximo ENA, sugere-se que haja mais tempo no seminário para apresentações e troca de experiências entre as organizações presentes e que se organize uma “Tenda da Saúde” para atender aos participantes do encontro.





Capítulo 3 – Sistemas Agroflorestais e Uso Múltiplo da Floresta

Experiências apresentadas no Seminário de Biodiversidade do II ENA no tema dos Sistemas Agroflorestais e Uso Múltiplo da Floresta

Este capítulo se inicia com o relato das três experiências apresentadas no sub-grupo dedicado a discutir o tema dos Sistemas Agroflorestais e Uso Múltiplo da Floresta.

As experiências revelam um riquíssimo campo para o desenvolvimento de sistemas agroecológicos altamente diversificados, que apresentam enorme potencial para a exploração sustentável dos recursos naturais. No entanto, enfrentam também sérias dificuldades, que demandarão um alto grau de organização e mobilização da sociedade civil na construção e negociação de políticas que venham a apoiar o trabalho nesta área. Também neste grupo, a apresentação das experiências foi um excelente ponto de partida para alavancar o debate, como se verá mais adiante.



Quebradeiras de Coco Babaçu - desafios e conquistas no manejo social e econômico de uma floresta secundária

Ana Carolina Magalhães Mendes¹ e Luciene Dias Figueiredo²

As palmeiras de babaçu constituem uma floresta secundária que cobre mais de 18 milhões de hectares nos estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Rondônia. Mas é nos estados do Maranhão, Sudeste do Pará, Tocantins e Piauí que o extrativismo se desenvolve como atividade econômica e com ações de mobilização política realizadas pelas mulheres que se autodenominam *quebradeiras de coco babaçu*. Segundo a literatura, estima-se que exista cerca de 400 mil pessoas vivendo do extrativismo do babaçu nos quatro últimos estados citados acima.



Quebradeiras de coco babaçu. Arquivo ASSEMA

As palmeiras de babaçu constituem uma floresta secundária que cobre mais de 18 milhões de hectares nos estados do Maranhão, Piauí, Pará, Tocantins, Mato Grosso, Goiás, Minas Gerais e Rondônia. Mas é nos estados do Maranhão, Sudeste do Pará, Tocantins e Piauí que o extrativismo se desenvolve como atividade econômica e com ações de mobilização política realizadas pelas mulheres que se autodenominam *quebradeiras de coco babaçu*. Segundo a literatura, estima-se que exista cerca de 400 mil pessoas vivendo do extrativismo do babaçu nos quatro últimos estados citados acima.

A predominância dos babaçuais como floresta secundária está diretamente relacionada à ação humana na exploração das florestas primárias antes existentes nessas regiões. Com a retirada das matas nativas para a formação de pastagens ou roçados, permitiu-se a formação de grandes densidades de palmeiras de babaçu, devido à grande resistência, tolerância ao fogo e capacidade de regeneração da espécie.

A palmeira de babaçu é de grande riqueza para as *quebradeiras de coco babaçu*, pois a palha é utilizada para cobrir casas e fazer esteiras, os talos servem como ripas para as paredes e a palmeira envelhecida e em decomposição se torna excelente adubo para os jardins. Do fruto, o coco babaçu, são extraídas as amêndoas que, prensadas, produzem o óleo utilizado nas indústrias de cosméticos e margarinas. Das amêndoas também se faz o azeite caseiro para temperar a comida. Das cascas e do endocarpo se produz o carvão, e o mesocarpo é um amido indicado como complemento alimentar, que apresenta várias utilidades na medicina popular. Ao se extrair o óleo das amêndoas sobra um resíduo chamado de torta, que é um excelente produto para ração animal.

Outra utilidade importante do babaçu é o artesanato feito do endocarpo do coco. A fibra também pode ser usada para a produção de papel reciclado, e da palha são feitos instrumentos de trabalho como o abano e o cofo ou pacará, usado no transporte do próprio coco.

Além das utilidades de consumo e geração de renda servindo aos seres humanos, os frutos que caem naturalmente quando maduros também servem de alimento aos animais roedores, contribuindo para a manutenção da fauna local.

As experiências desenvolvidas por grupos de trabalhadores rurais e *quebradeiras de coco babaçu* comprovam que culturas anuais, determinadas culturas permanentes e a criação de animais podem ser consorciadas com as palmeiras de babaçu.

Ações agroecológicas

No início da década de 1990, as quebradeiras de coco babaçu e seus familiares, através de suas organizações locais, comunitárias e regionais, começaram a trabalhar a valorização do extrativismo do babaçu promovendo a sua utilização racional e a agregação de valor ao produto e seus derivados.

Mas foi a partir de 2004 que o MIQCB (Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu), enquanto movimento de representação, iniciou uma nova experiência, captando seus próprios recursos para aplicar em propostas desenvolvidas por grupos de *quebradeiras de coco*. Estas propostas têm como objetivos o aproveitamento integral, o beneficiamento e comercialização do babaçu, o fortalecimento da luta pela melhoria de renda das famílias e a preservação ambiental.

Na região do Médio Mearim, no Maranhão, grupos de quebradeiras, cooperativas e associações orientadas pela ASSEMA (Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão) já desenvolvem produtos agroextrativistas na perspectiva da economia solidária desde 1991. Entre as atividades mais importantes deste trabalho estão as roças orgânicas, onde são consorciadas culturas anuais como arroz, feijão, milho e mandioca com palmeiras de babaçu; o cultivo de ervas medicinais e produção de remédios; os plantios orgânicos de frutíferas, a produção de compotas de frutas, o beneficiamento e a comercialização de óleo orgânico de babaçu, a produção de sabonetes “babaçu livre” etc.

O MIQCB busca ampliar a luta pela visibilidade da economia do extrativismo do babaçu e a valorização do trabalho da mulher *quebradeira de coco*, apoiando novas experiências de organização, beneficiamento e comercialização dos produtos extrativistas. O Movimento atualmente integra 23 novas Unidades de

Geração de Renda que estão produzindo o azeite comestível de babaçu, 1 unidade que inicia a produção de sabonetes e sabão, 4 unidades de produção de mesocarpo (amido alimentício) e 1 unidade de artesanato.

As ações que agregam valor econômico ao babaçu fortalecem os argumentos das *quebradeiras de coco* no combate às queimadas e derrubadas de palmeiras, pois são 400 mil extrativistas que dependem economicamente dessa palmeira para garantir no dia-a-dia a sobrevivência familiar. Elas também ampliam seus horizontes e tensionam o mercado, pois rompem com a cadeia convencional de atravessadores e buscam sensibilizar consumidores, empresas e formadores de opinião no chamado mercado justo, para que a solidariedade da economia praticada cotidianamente por essas mulheres seja reconhecida.

Que o direito jurídico reconheça o direito à vida

Buscando formas de garantir o direito das *quebradeiras de coco* a exercer livremente a atividade de coleta e quebra do coco babaçu, o MIQCB opta também por atuar no campo político, propondo Leis de Proteção e de Livre Acesso aos Babaçuais. Em 1996 as quebradeiras apresentaram no Congresso Nacional um Projeto de Lei Federal proibindo a derrubada de palmeiras e permitindo o livre acesso aos babaçuais em regime de economia familiar. Infelizmente, o projeto não recebeu até agora um parecer positivo da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados. Buscando outras formas de incidir na área legislativa, o Movimento reorganizou sua forma de pressão e, já em 1997, passou a propor e lutar pela aprovação de leis municipais. A discussão e a aprovação de leis municipais é considerada mais fácil, uma vez que a capacidade de acompanhamento e pressão do Movimento sobre os legislativos locais é maior.

A primeira lei municipal do “babaçu livre” aconteceu já em 1997, no município de Lago do Junco, no estado do Maranhão. Esta vitória foi possível graças à forte mobilização das organizações locais envolvidas na luta do MIQCB.

Atualmente são 14 Leis Municipais do Babaçu Livre aprovadas e sancionadas nos estados do Maranhão, Pará e Tocantins. Contudo, a existência de leis não garante o fim da agressão ao meio ambiente e nem da ameaça de extinção dos babaçuais. Os órgãos responsáveis por garantir o cumprimento das leis se omitem. São as *quebradeiras de coco babaçu*, suas assessorias e parceiros que estão à frente das negociações com proprietários, derrubadores, promotores públicos, delegados de polícia, juizes e órgãos de proteção ambiental, para exigir que a Lei seja cumprida e as derrubadas sejam impedidas e/ou vistoriadas.

Em 2005 o MIQCB lançou a Campanha “Preservação – a luta das quebradeiras de coco pela preservação dos babaçuais”, que mobilizou cerca de cinco mil mulheres, seus familiares e aliados. Através de passeatas, audiências em assembleias legislativas e câmaras municipais, debates em canais de TV e rádios, entrevistas na imprensa escrita e palestras em escolas e universidades, além de muitas reuniões em comunidades, povoados e vilas, a luta do Movimento tem sido difundida. Também a realização de pesquisas e a publicação de livro, artigos, dissertações e teses têm contribuído para fortalecer a luta das *quebradeiras de coco* pela sua autonomia, preservação ambiental, livre acesso aos babaçuais e garantia da segurança alimentar.

O MIQCB é o maior movimento de mulheres trabalhadoras rurais extrativistas do Norte e Nordeste do Brasil e reúne mulheres de seis grandes regiões de quatro estados e tem o potencial de representar reivindicações de 400 mil extrativistas. Agindo em conjunto, estas mulheres estão conseguindo transformar seu dia-a-dia em luta por direitos de agir como cidadãos de uma sociedade local e global (Figueiredo, 2005).

Bibliografia:

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; MOURÃO, Lais. Questões agrárias no Maranhão Contemporâneo. [S.l.: s.n.], 1995. 53p. Mimeo.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SHIRAIISHI, Joaquim Neto; MARTINS, Cynthia Carvalho. Guerra Ecológica nos Babaçuais. São Luís, Lithograf, 2005. p.187

FIGUEIREDO, Luciene Dias. Empates nos Babaçuais. Do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Dissertação de Mestrado. Belém, PA: UFPA/Centro Agropecuário: Embrapa Amazônia Oriental, 2005, p.198. Orientada pela Profª Drª Maristela de Paula Andrade.

PORRO, Roberto; MESQUITA, BENJAMIM Alvino de; SANTOS, Itaan de Jesus Pastor. Expansão e Trajetória da Pecuária na Amazônia: Vale dos Rios Mearim e Pindaré – Maranhão. Brasília: UnB, 2004. 184p.

¹ Cientista Social, assessora do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu – MIQCB.

² Pedagoga, mestre em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável, assessora do MIQCB.

Biodiversidade de Sistema Agroflorestal na Zona da Mata Atlântica de Pernambuco

Alexandre Henrique Bezerra Pires¹⁸, André Geaquinto Ferri²
e Mona Andrade Nagai³

O processo de degradação da biodiversidade da Mata Atlântica vem sendo agravado ao longo de décadas, causado, principalmente, pelos desmatamentos para introdução do monocultivo da cana-de-açúcar e pela pressão imobiliária dos centros urbanos. No caso de Pernambuco, a falta de estratégias para o desenvolvimento com base na sustentabilidade socioambiental, que considere a complexidade e a diversidade da região, tem favorecido o empobrecimento das populações dos centros urbanos e do meio rural. Foi neste contexto que, a partir da década de 1990, o Centro Sabiá iniciou a implantação de sistemas agroflorestais (SAFs) na zona da mata pernambucana junto com as famílias de trabalhadores/as rurais, na confiança de ser esta uma prática mais eficiente de produção e manejo do agroecossistema com base na sustentabilidade econômica, social e ambiental.

A experiência da família de Jones e Lenir é simbólica, pois demonstra a transformação de uma área degradada e pouco produtiva em um sistema agroecológico extremamente diverso, sendo fonte de várias alternativas de renda. Sua propriedade se localiza na comunidade de Inhamã, município de Abreu e Lima, mesoregião metropolitana de Recife, Zona da Mata Norte de Pernambuco.

A transformação começou em 1994, a partir da iniciativa do Centro Sabiá e do próprio Jones. O ponto de partida foi a realização de um curso sobre

agrofloresta ministrado por Ernst Götsch, pesquisador e agricultor suíço residente no Sul da Bahia. Nesta atividade, agricultores/as da Zona da Mata, Agreste e Sertão de Pernambuco aprenderam sobre plantio consorciado entre espécies



Intercâmbio de jovens no sítio de Jones e Lenir, em Pernambuco.

Arquivo Centro Sabiá

nativas e agrícolas de ciclo curto, médio e longo sem o uso de queimadas, agrotóxicos ou qualquer adubo químico.

Animado com as novas informações, Jones começou a repensar sua prática. Na verdade, toda a família acabou se envolvendo no trabalho – os filhos, Juvenal e Verônica, e a esposa, Lenir, que trabalhava como Agente Comunitária de Saúde e passou a se ocupar do planejamento das atividades, da gestão da unidade produtiva e das estratégias de produção e comercialização.

A família iniciou três áreas experimentais de SAFs na propriedade, respectivamente nos anos de 1994, 1995 e 1996. As avaliações realizadas anualmente nessas três áreas permitiram à família e aos técnicos perceberem as falhas de condução e de planejamento para corrigi-las nos anos seguintes.

Em 1997, no sentido de corrigir os erros cometidos nas três áreas iniciais, foi feito um novo planejamento, seguindo o calendário agrícola e as épocas de introdução das culturas (sobretudo das plantas adubadeiras), também considerando o estágio de recuperação do solo. Este processo orientou a implantação de outras três áreas nos três anos seguintes, obedecendo à risca ao planejamento e aos aprendizados dos anos anteriores.

Hoje as seis áreas citadas no processo de experimentação correspondem a duas: uma situada na parte mais alta da propriedade e outra localizada na várzea.

Desde a implantação dos SAFs na propriedade, os planejamentos sempre contemplaram o plantio de espécies “adubadeiras” (como capim elefante, guandu, sombreiro, leucena, ingá, feijão de porco, crote) e de frutíferas (abacaxi, banana, caju, pitomba, graviola, citros, mamão, abacate, café, cacau, jaca) em consórcio com milho e macaxeira, além de nativas (imbiriba, munguba, cupiuba, ipê e murici).

Na área localizada na parte alta da propriedade já existiam coqueiros, abacateiros, jaqueiras e dendê, pouco produtivos. Lá foi plantado o capim elefante, com o intuito de restaurar a fertilidade do solo. Inicialmente, a cada dois meses se efetuava o corte do capim elefante para produção de matéria orgânica. Na medida em que o solo foi restaurando suas condições para produção, outras espécies foram sendo introduzidas.

A área de várzea, originalmente com uma grande presença de gramíneas, era considerada a parte mais fértil da propriedade e prometia maior retorno em relação à produção. No início, implantou-se uma horta com legumes e hortaliças. Atualmente esta área tem aproximadamente 100 touceiras de açaí e pupunha produzindo, além de coqueiros, xixas, citros, sombreiros,

mamoeiros, abacateiros, cajueiros, capim elefante, azeitonas, crotes, cupuaçu e cacau.

O manejo dos agroecossistemas é feito pela família, através das práticas de poda, capina, plantio, raleamento e incorporação de cobertura morta. Muitas sementes, estacas e algumas mudas foram adquiridas através de atividades de intercâmbio e de formação em que os membros da família participaram. No entanto, a implantação de uma sementeira para produzir os mais diversos tipos de mudas foi fundamental para a ampliação e diversificação do agroecossistema.

Em 1997, junto com o Centro Sabiá e outras organizações, Jones e Lenir ajudaram a fundar o Espaço Agroecológico. Lá um grupo de aproximadamente 25 famílias comercializa seus produtos diretamente com os/as consumidores/as.

Atualmente, grupos de agricultores/as, técnicos/as e estudantes participam de estágios de vivência na propriedade de Jones e Lenir, vivenciando a dinâmica da família, se envolvendo de forma prática nas atividades de manejo do agroecossistema, planejando o desenho dos SAFs e participando do processo de beneficiamento e comercialização.

A experiência desenvolvida por Jones e Lenir tem influenciado bastante a formação de estudantes das ciências agrárias e ambientais, assim como tem despertado interesse de escolas, professores/as e pesquisadores/as, principalmente das Universidades Federal e Federal Rural de Pernambuco e da Empresa Pernambucana de Pesquisa Agropecuária. Atualmente o sistema é base de pesquisa para duas teses de Mestrado em Biologia Vegetal da UFPE.

Muita coisa mudou na vida da família após o início do trabalho com agrofloresta. O primeiro resultado foi a união da família em torno do trabalho. Sua alimentação ficou mais rica e variada e, com o beneficiamento dos produtos agroflorestais, a renda aumentou significativamente, o que permitiu a reforma da casa e o custeio do ensino dos filhos. Juvenal e Verônica estão hoje formados pela escola agrícola de São Lourenço da Mata, trabalham em instituições como técnicos agrícolas e estão cursando faculdade. Além do mais, a família pôde comprar um carro, que é usado para levar os produtos até a feira.

Os SAFs vêm sendo apontados nos últimos anos como uma boa alternativa para o uso mais eficiente da terra, principalmente nas regiões tropicais. Suas funções básicas são a diversificação e a manutenção da produção através do consórcio entre culturas de ciclo longo, médio e curto. A mistura de árvores e arbustos nos campos de produção agrícola ou pecuária permite a obtenção de benefícios a partir das interações ecológicas e econômicas

que acontecem neste processo. Além disso, o sistema contribui para a conservação da capacidade produtiva do solo e para a preservação da biodiversidade.

É importante destacar que o sistema agroflorestal de Jones e Lenir representa um grande avanço na construção de referências para a agricultura sustentável na região da Zona da Mata pernambucana e do Nordeste como um todo. Em 2005, o sítio recebeu cerca de 400 pessoas entre agricultores/as, técnicos/as, pesquisadores/as e estudantes de diversas regiões de Pernambuco, do Nordeste e do Brasil. O desafio agora é mensurar o impacto que o sistema gera na construção de novas experiências e dinâmicas para esses grupos.

Os estágios de vivência são outra dinâmica de impacto social que o sistema tem gerado. Em 2005, participaram do estágio cerca de 30 pessoas de Pernambuco, Piauí e Amazonas, entre as quais 10 eram jovens agricultores/as.

Assim, podemos dizer que o trabalho realizado pela família de Jones e Lenir desempenha um importante papel para o movimento agroecológico nordestino e brasileiro, na medida em que contribui para a sensibilização e aprendizado de vários grupos sociais na construção de experiências de produção agroflorestal.

¹ Biólogo e Coordenador Técnico-Metodológico do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá.

² Engenheiro Florestal e Técnico do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá.

³ Engenheira Agrônoma e Técnica do Centro de Desenvolvimento Agroecológico Sabiá.



Manejo de recursos naturais em comunidades na região de Gurupá – Pará

Carlos Augusto Ramos¹, Sheyla Leão², Jorge Pinto³, Manoel Pantoja⁴, Sérgio Costa⁵, Nilza Miranda⁶, Pedro Alves⁷, Girolamo Treccani⁸ e Raoni Nascimento⁹

O município de Gurupá situa-se no estuário do Rio Amazonas. A maioria da população reside no meio rural e dedica-se principalmente às atividades de pesca, extrativismo (açaí em fruto e palmito) e agricultura de subsistência.

As relações sociais que historicamente se estabeleceram em Gurupá são fortemente marcadas pelo chamado “sistema de aviamento”, no qual agentes privados, os “patrões”, controlavam grandes extensões de terras públicas que eram exploradas com base no trabalho semi-servil de famílias de posseiros, os chamados “fregueses”. Com a decadência do sistema de aviamento nas últimas décadas do século XX, os trabalhadores rurais de Gurupá passaram a lutar de forma organizada contra a opressão dos patrões, empresas madeireiras e beneficiadoras de açaí e palmito que se instalaram na região.

Atualmente a utilização dos recursos florestais concentra-se na exploração madeireira e de produtos não-madeireiros. A extração de madeira é realizada por mão de obra familiar, com baixo impacto sobre a floresta. Por contar com pouca tecnologia, agrega pouco valor ao produto e comumente não gera renda mínima razoável ao trabalhador. O processamento (primário) é feito por serrarias familiares, equipadas geralmente apenas com uma serra circular.

Entre os produtos não madeireiros mais destacáveis explorados da floresta estão o azeite de andiroba e pracaxi, as fibras para a confecção de utensílios domésticos e artesanato, o palmito e os frutos de açaí. Estes últimos contribuem significativamente para a renda familiar e fazem parte da dieta alimentar da população local.



Oficina quilombola de aproveitamento de madeira caída para a construção de móveis rústicos em Gurupá, no Pará.
Arquivo Fase

O Projeto Demonstrativo Gurupá, através de sua experiência de regularização fundiária e manejo florestal, deriva do processo de organização comunitária e sindical dos trabalhadores rurais do município. O projeto tem como foco a construção participativa de planos de uso dos recursos naturais por parte de comunidades ribeirinhas e o apoio técnico para a obtenção da documentação ou regularização fundiária, a fim de que estas comunidades possam viver em segurança e manejar seus recursos de forma sustentável.

Em 1997 foi realizado um levantamento detalhado da situação documental dos imóveis registrados no cartório de registros de imóveis do município de Gurupá. Este trabalho foi feito em parceria com o STR¹⁰ e associações locais mediante um convênio firmado entre a FASE, a CPT¹¹ e o Instituto de Terras do Pará (ITERPA), e contou com o apoio financeiro da ICCO¹².

Com base neste levantamento foi prevista no projeto uma linha de ação estratégica relacionada à regularização fundiária das áreas ocupadas pelas comunidades ribeirinhas. Desde então, o projeto tem concentrado as suas ações no setor rural, atuando junto a aproximadamente 1.200 famílias, em 20 comunidades das 64 do município.

O Projeto Demonstrativo Gurupá vem incentivando e apoiando a organização dessas famílias na valorização econômica dos recursos naturais dos quais dependem para o seu trabalho, na perspectiva de geração de emprego e renda com conservação ambiental e qualidade de vida. Para tanto, vêm sendo desenvolvidas atividades integradas nas diferentes dimensões da vida econômica da população, visando a regularização fundiária, o manejo e o processamento certificado da produção florestal (madeira, açaí, palmito e fibras), a segurança alimentar, o manejo e valorização da produção pesqueira (peixe e camarão), o monitoramento sócio-econômico e ambiental dessas atividades, o financiamento e a comercialização da produção, além da educação ambiental e profissional das famílias.

A partir da realização participativa de inventários e cursos de formação com os comunitários, foram implementados planos de manejo, que atualmente asseguram a segurança alimentar das famílias beneficiárias do projeto, fazendo com que Gurupá seja menos dependente de outros municípios em relação ao abastecimento.

Determinadas áreas já estão com o processo de regularização fundiária concluído, e outras estão em andamento. Algumas das áreas que já estão regularizadas passaram a ter acesso a recursos e investimentos para a criação de escolas, postos de saúde entre outros benefícios, melhorando assim não só as condições de ensino no meio rural, mas a qualidade de vida das comunidades que ali residem.

Além do acesso a recursos, a regularização fundiária propiciou o acesso mais fácil dos/as trabalhadores/as rurais ao INSS, para garantirem seus direitos previdenciários. Com o título da terra, conseguem assegurar aposentadoria e outros benefícios, o que era praticamente impossível antes da regularização das terras em favor das famílias agroextrativistas.

O processo vivido em Gurupá aponta para um caminho diferente da lógica estatal de criação de Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia. A conservação ambiental estaria assegurada pela definição de planos de uso dos recursos por parte das comunidades e, principalmente, pela regularização fundiária. Com essa estratégia, a criação de UCs não seria um fim, mas um meio para se promover a segurança das comunidades.

A ameaça das madeireiras ainda é uma realidade na região. A regularização fundiária não conseguiu impedir que alguns membros das comunidades vendessem seus recursos naturais, ou destinassem sua área para exploração em troca de alguns benefícios – ela apenas contribuiu para uma minimização desses acontecimentos.

Em relação ao manejo florestal madeireiro, a principal dificuldade enfrentada é a burocracia do IBAMA para a legalização da atividade madeireira das famílias. Apesar das dificuldades, apenas Gurupá tem aprovado planos de manejo florestal, na categoria classificada como baixa escala. Um exemplo disso foi a aprovação de 60 planos de manejo madeireiros em 2005, uma exceção em todo o território que abrange o arquipélago do Marajó.

Quanto ao manejo florestal não madeireiro, existem demandas para o desenvolvimento de técnicas que propiciem um melhor aproveitamento dos recursos naturais. Casos como o manejo de copaíba, andiroba, jupati e açai, que vêm ocorrendo no município de Gurupá, são exemplos promissores de entendimento de uso da floresta sem derrubá-la.

Em ambos os casos de utilização dos produtos florestais, as técnicas precisam ser aprimoradas e as lideranças comunitárias continuam necessitando de capacitação para a realização de inventários, elaboração de planos de uso, gestão de associações e práticas de manejo em geral. Essas necessidades já vêm sendo debatidas em outras regiões do Marajó, direcionando as discussões para o Fórum Manejo Florestal Comunitário do Estuário do Rio Amazonas (FAE).

Além do aperfeiçoamento das práticas de manejo florestal, outro desafio existente é o escoamento dos produtos madeireiros e não madeireiros. Os mecanismos de comercialização com outros mercados para além dos municípios vizinhos ainda são bastante precários.

A experiência de Gurupá traz como grande lição a importância dos mecanismos locais de discussão sobre regras de utilização de recursos florestais, bem como sua influência sobre os mecanismos de regularização fundiária e sobre a formalização de planos de manejo. Por este caminho, tem-se conseguido avançar nos esforços de manejar os recursos naturais de forma sustentável e, ao mesmo tempo, dentro da lei.

¹ Engenheiro Florestal do Núcleo de Desenvolvimento Local da FASE.

² Engenheira Florestal do Núcleo de Desenvolvimento Local da FASE.

³ Coordenador do Núcleo de Desenvolvimento Local da FASE.

⁴ Coordenador Regional da FASE em Gurupá.

⁵ Engenheiro Agrônomo do Núcleo de Desenvolvimento Local da FASE.

⁶ Técnica Florestal do Núcleo de Desenvolvimento Local da FASE.

⁷ Técnico do Núcleo de Desenvolvimento Local da FASE.

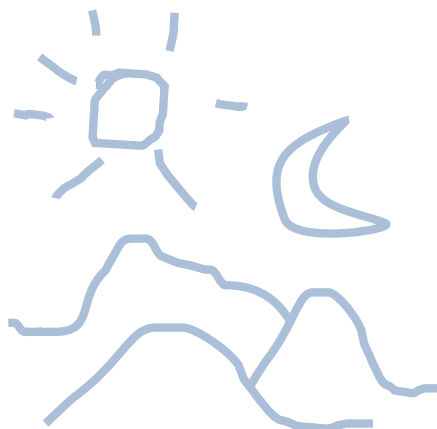
⁸ Assessor Jurídico da FASE.

⁹ Estagiário do Núcleo de Desenvolvimento Local da FASE.

¹⁰ Sindicato de Trabalhadores Rurais.

¹¹ Comissão Pastoral da Terra.

¹² Organização Intereclesiástica para a Cooperação ao Desenvolvimento / Holanda.



Seminário de Biodiversidade: recorte Sistemas Agroflorestais e Uso Múltiplo da Floresta (síntese dos debates)

Neste sub-grupo do seminário estavam presentes 91 pessoas de 17 estados brasileiros. Após a apresentação das três experiências anteriormente relatadas, teve início o debate sobre os avanços, desafios e propostas em torno à temática dos Sistemas Agroflorestais (SAFs) e Uso Múltiplo da Floresta.

Há um grande acúmulo de aprendizado sobre sistemas agroflorestais e manejo comunitário para os usos múltiplos das florestas em todo o Brasil. Este aprendizado é fruto de anos de trabalho dos/as agricultores/as familiares, extrativistas, manejadores/as da biodiversidade e suas organizações de base, com a participação da mulher e do jovem como protagonistas destes processos, na maioria dos casos realizado sem apoio técnico ou financeiro.

Os avanços relatados pelos participantes do seminário envolvendo os SAFs e o uso múltiplo da floresta, bem como os desafios identificados e as propostas elaboradas são descritos a seguir.

Avanços:

No campo das políticas, o primeiro avanço observado é a existência de alguns programas, como o PD/A¹, que têm incentivado ações que conciliam conservação dos recursos e manejo sustentável.

A criação de linhas de crédito específicas do Pronaf² como o “Agroecologia”, “Florestal”, “Mulher” e “Jovem” apresenta grande importância, assim como a criação do Programa Nacional de Florestas (PNF), que financia projetos florestais. Nota-se, no entanto, que ainda há problemas no acesso a estes recursos, como se verá no item seguinte.

No campo legislativo, foi mencionada com grande ênfase a recente aprovação pelo Conama³ da Resolução 369/06, que permite a implantação de SAFs em Áreas de Preservação Permanente (APPs) localizadas em pequenas propriedades, demonstrando que a promoção da participação de organizações da sociedade civil nos órgãos de regulamentação pode influenciar positivamente a legislação brasileira.

Outra conquista importante foi a aprovação de leis municipais que permitem o acesso livre ao babaçu em 14 municípios, nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins.

Com relação à organização do movimento agroecológico, observou-se que houve um grande avanço no aprendizado dos/as agricultores/as no desenho e manejo dos sistemas agroflorestais, assim como um aumento do número de agricultores capacitados para atuar na agroecologia.

Percebe-se uma melhoria na organização para a produção envolvendo, por exemplo, cooperativas de crédito, associações, grupos de mulheres quebradeiras de coco etc. Da mesma forma, a elaboração de Planos de Manejo de forma comunitária e a mobilização para acessar linhas de crédito evoluíram. O avanço na discussão sobre certificação de forma participativa também foi mencionado, tendo como principal exemplo a experiência da Rede Ecovida.

Na área da pesquisa e da assistência técnica reconhece-se a existência de técnicos que respeitam o conhecimento dos/as agricultores/as e a realização de algumas pesquisas acadêmicas feitas de forma participativa.

Nota-se que os sistemas agroflorestais têm proporcionado a melhoria da qualidade da água, do solo e dos recursos ambientais em geral.

Por fim, falou-se da importância da criação da identidade da mulher no manejo da biodiversidade.

Entraves e desafios:

Percebe-se que a legislação vigente é genérica e não respeita a diversidade social, ambiental e cultural brasileira, o que gera conflitos na implantação dos sistemas agroecológicos. Por exemplo, não há uma legislação concisa que proteja a atividade das quebradeiras de coco babaçu, que vem gerando renda e promovendo a conservação da biodiversidade. O mesmo ocorre com outras atividades de extrativismo e manejo.

Da mesma maneira, ainda não existem leis federais para a utilização, extração e manejo da biodiversidade que reconheçam sistemas como os SAFs, os extrativistas (como o caso do babaçu), ou os Planos de Manejo Comunitários como instrumentos que conservam a biodiversidade.

Há contradições na legislação no que diz respeito ao uso das APPs e Reservas Legais pelos/as agricultores/as familiares. Para piorar o quadro, falta conhecimento sobre a legislação por parte dos/as agricultores/as, sobretudo no que diz respeito às possibilidades de uso da Reserva Legal.

Mencionou-se ainda a existência de Instruções Normativas nas instituições de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) que dificultam o desenvolvimento do trabalho agroecológico e de sistemas agroflorestais.

No campo das políticas, observa-se que, na maioria dos casos, a cons-

trução de sistemas de experimentação em florestas ou de sistemas agroflorestais não conta com apoio técnico, acadêmico ou político-governamental. Na formação acadêmica há um descompasso em relação à teoria e à prática.

Há ainda algumas distorções em relação ao apoio e incentivos financeiros, pois programas públicos voltados para a área florestal, como, por exemplo, o Pronaf⁴ Florestal, são em grande parte acessados por agricultores/as familiares que produzem monoculturas de pinus e eucalipto em sistema de integração com grandes empresas multinacionais. Esta situação tem gerado conflitos por direcionar recursos públicos aos sistemas agrícolas devastadores da natureza. Outras linhas de crédito específicas do Pronaf, como “agroecologia”, “mulher” e “jovem” não têm apoiado a implantação de sistemas agroflorestais pois, por um lado, a complexidade destes sistemas demanda modelos específicos para diferentes regiões, enquanto, por outro, o crédito determina critérios uniformes para atender ao país como um todo. Destacou-se ainda o risco de o Pronaf criar endividamento entre os/as agricultores/as.

Além de tudo isso, há problemas como a burocracia e a insuficiente capacidade técnica instalada nas entidades públicas de extensão. O Programa Nacional de Florestas (PNF) foi, até o momento, acessado principalmente por grandes empresas e não apoiou nem beneficiou o público que promove ações comunitárias de Planos de Manejo, principalmente na região norte do país. Os planos de manejo enviados aos órgãos responsáveis federais e estaduais, quase que em sua totalidade, têm sido deixados de lado, não sendo priorizados para a avaliação.

O não reconhecimento dos sistemas e das técnicas de manejo, a burocracia do sistema financeiro, a falta de assessoria qualificada, a situação problemática do crédito agrícola e as contradições na utilização dos recursos, que beneficiam prioritariamente o agronegócio, fazem com que os sistemas agroflorestais, o manejo e a proposta de uso múltiplo da floresta desenvolvidos pelos/as agricultores/as, extrativistas e manejadores/as da biodiversidade não sejam reconhecidos pelas políticas públicas. Isto dificulta a visibilidade dos sistemas agroecológicos e a sua adoção.

Lamentou-se ainda a morosidade dos órgãos públicos, especialmente do Ibama⁵ na liberação dos Planos de Manejo, e do Incra⁶, na liberação de áreas para a Reforma Agrária.

No campo do conhecimento, ressaltou-se que o modelo formal de educação não valoriza a realidade local e sim o mundo urbano, não promovendo nem valorizando a prática agrícola e a cultura camponesa. Ao contrário, a forma de repassar o conhecimento através da prática tem sido classificada de exploração

do trabalho infantil e vem sendo reprimida, o que tem dificultado a perpetuação do conhecimento tradicional nas comunidades.

Observou-se também que há poucas pesquisas acadêmicas sendo feitas de forma participativa e mostrando a sustentabilidade e os benefícios ambientais advindos dos sistemas agroecológicos.

No campo da organização dos/as agricultores/as, ressaltou-se a importância de se definir com critério o público para o qual se deve produzir de forma agroecológica, priorizando o abastecimento dos setores de baixa renda.

Propostas:

Novamente, as propostas elaboradas pelos participantes do seminário derivam diretamente das dificuldades diagnosticadas.

No plano legal, propõem-se mudanças na legislação ambiental que promovam o respeito às especificidades locais. Neste sentido, é fundamental a participação popular nos espaços de discussões e decisões nacionais, estaduais e municipais, como o Conama⁷, o Conaflor⁸, os parlamentos municipais, estaduais e federal, dentre outros. Mais especificamente, sugeriu-se reforçar no Conama a participação na discussão sobre a regulamentação da utilização das APPs pela agricultura familiar. Da mesma maneira, propõe-se pleitear a participação das entidades da sociedade civil no grupo que está discutindo a questão do seqüestro de carbono nos espaços governamentais, pois até o momento apenas as grandes empresas têm sido favorecidas neste campo.

Ainda no plano legislativo, propõe-se o apoio à construção e implantação de legislação para o livre acesso aos babaçuais, de forma que o direito de acesso à biodiversidade e à coleta seja respeitado, garantindo a manutenção de uma atividade tradicional e fundamental para as populações extrativistas.

Propôs-se também a luta pela criação de uma legislação que obrigue o pagamento pelos danos ambientais do agronegócio e reverta o valor arrecadado para quem produz sem degradar.

No plano político, a exemplo do plano legislativo, falou-se da necessidade de se dar mais poder às organizações locais que conduzem experiências práticas no campo da agroecologia para que participem ativamente na definição de políticas públicas, impedindo a homogeneização das decisões para todo o território nacional.

No mesmo sentido, é preciso ampliar a mobilização na busca por formas de financiamento adequadas aos sistemas agroflorestais e ao uso múltiplo

da floresta, bem como para ampliar e melhorar o acesso às linhas de crédito que já existem. Deve-se ainda prever maneiras de evitar que os sistemas de financiamento levem os/as agricultores/as ao endividamento. Deu-se destaque às cooperativas de crédito como alternativa ao sistema financeiro atual.

Sugeriu-se ainda que os profissionais de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) atuem na orientação para o acesso às linhas de crédito do Pronaf⁹ como o “Agroecologia”, “Florestal”, “Mulher” e “Jovem”.

Também sobre ATER, propõe-se a contratação de engenheiros/as florestais e outros profissionais capacitados para trabalhar com sistemas agroecológicos. Observou-se ainda que os/as agricultores/as devem procurar os/as técnicos/as ao invés de esperar que estes os procurem.

Sobre a certificação de produtos agroecológicos sugeriu-se fortalecer o trabalho da certificação participativa.

É necessário intervir na discussão e regulamentação dos serviços ambientais, buscando formas de compensar os/as agricultores/as, extrativistas e manejadores/as da biodiversidade pelos serviços ambientais gerados pelos sistemas agroflorestais, nas áreas de extrativismo e no manejo e uso múltiplo da floresta. Sugeriu-se, inclusive, que a recompensa pelos serviços ambientais prestados por estes sistemas seja dada de forma antecipada para incentivar a adesão de novos/as agricultores/as.

No campo da popularização do conhecimento, sugere-se maior divulgação e capacitação das populações para o entendimento sobre a legislação ambiental. Por exemplo, é preciso dar visibilidade às normas que permitem o manejo de áreas de Reserva Legal, bem como às novas regras que permitem o manejo agroflorestal em APPs em pequenas propriedades.

É também necessário ampliar a visibilidade e o entendimento sobre os serviços sociais e ambientais prestados pela agroecologia e pelas comunidades de agricultores/as agroecológicos/as, agroflorestais, extrativistas e manejadores/as da biodiversidade. A ampliação da pesquisa-ação pode ser uma importante ferramenta neste sentido.

Há um acúmulo de conhecimento espalhado pelo Brasil que deve ser utilizado para ampliar o número de agricultores praticando os sistemas agroecológicos. A difusão das propostas e experiências existentes pode aumentar o número de agricultores utilizando estes sistemas. Neste sentido, será importante melhorar os intercâmbios entre agricultores/as portadores destas experiências e destes/as com professores e estudantes, buscando ampliar o número de experimentadores/as. Será preciso, para tanto, criar referências (como

a Cooperafloresta, no Paraná) e agentes multiplicadores. Também será fundamental divulgar mais as experiências agroecológicas de todos e em todos os estados para os/as agricultores/as sem experiência nesta área.

O debate sobre a educação no campo e o trabalho infantil deve ser fomentado para que se leve em conta a realidade da agricultura familiar, em que a transmissão do conhecimento tradicional através da prática é necessária e deve ser estimulada.

Sugere-se ainda a inclusão da agroecologia nos livros e nos currículos escolares em todos os níveis, qualificando a formação dos jovens e dos futuros técnicos/as que atuarão junto aos agricultores/as.

Também é preciso incentivar a realização de pesquisas participativas no campo da agroecologia.

Quanto ao movimento agroecológico, propõe-se a divulgação dos resultados e das lições aprendidas com as experiências bem sucedidas de forma massiva, aos agricultores/as e à população em geral. Para isto, devem-se utilizar os meios de comunicação disponíveis, incluindo a confecção de material em linguagem adequada. Além disso, os/as agricultores/as agroecológicos/as devem procurar receber estudantes, pesquisadores/as e professores/as em suas propriedades, contribuindo para sua formação. Espera-se que, com a geração de conhecimento de forma participativa, seja possível intervir de modo mais sistemático na construção das políticas públicas.

¹ Projetos Demonstrativos Grupo A / Ministério do Meio Ambiente.

² Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar / Ministério do Desenvolvimento Agrário.

³ Conselho Nacional do Meio Ambiente / Ministério do Meio Ambiente.

⁴ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar / Ministério do Desenvolvimento Agrário.

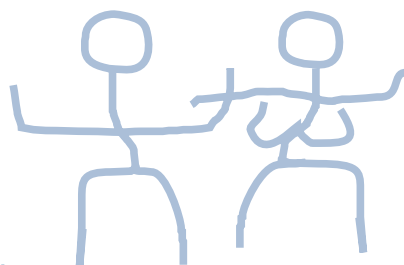
⁵ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis / Ministério do Meio Ambiente.

⁶ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

⁷ Conselho Nacional do Meio Ambiente.

⁸ Comissão Nacional de Florestas.

⁹ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar / Ministério do Desenvolvimento Agrário.



Legislação e Políticas em Agrobiodiversidade

Conforme mencionado na apresentação deste caderno, considerou-se relevante a apresentação de dois textos explicativos sobre a legislação brasileira de sementes e mudas e sobre a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Embora o Seminário sobre Biodiversidade no II ENA não tenha reservado um espaço específico para o debate sobre estes temas, as discussões realizadas nos sub-grupos dedicados a discutir o recorte temático das sementes e o das plantas medicinais foram permeadas por essas questões. Além disso, elas foram tema de oficinas específicas durante o encontro, que demonstraram a importância da divulgação destas informações entre as organizações da agricultura familiar e da agroecologia.

Embora exista uma vasta e complexa legislação florestal no Brasil, o movimento agroecológico ainda não se organizou para sistematizá-la e analisá-la. Por este motivo, não se apresenta aqui um texto específico sobre a legislação florestal. Entretanto, vale observar que entre as dificuldades identificadas pelo sub-grupo que discutiu o recorte temático dos Sistemas Agroflorestais e Uso Múltiplo da Floresta está a falta de compreensão sobre a legislação (por exemplo, há muitas dúvidas sobre as possibilidades de uso da Reserva Legal e da Área de Preservação Permanente). A realização de um estudo aprofundado sobre a legislação florestal brasileira sob a ótica da agricultura familiar e da agroecologia é uma demanda que se configura para o futuro, com potencial para fornecer grande contribuição para o trabalho nesta área.



A Legislação Brasileira de Sementes e Mudas

Flavia Londres¹

Em 2003 foi aprovada a nova Lei de Sementes e Mudas (Lei 10.711/03). As forças hegemônicas na proposição e aprovação de uma nova lei nesta área foram aquelas movidas pelos interesses do agronegócio, buscando um maior controle do mercado por parte das grandes empresas do ramo e favorecendo a concentração deste mercado, sem nenhuma preocupação com a soberania e a segurança alimentar. Entretanto, este processo também sofreu influência das organizações da agricultura familiar e de assessoria no campo da agroecologia e, como resultado, temos hoje um arcabouço legal para sementes e mudas orientado para o agronegócio, mas que apresenta algumas exceções que favorecem a agricultura familiar e a conservação da agrobiodiversidade.

Sementes crioulas

A primeira conquista da nova lei de sementes foi o reconhecimento formal da semente crioula² (Art. 2), tida pela legislação anterior³ como “grão”. O conceito de “sementes” era restrito aos materiais certificados, desenvolvidos por especialistas de centros de pesquisa (públicos e privados) e empresas.

O segundo avanço é a isenção dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária e indígenas que multipliquem sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si da inscrição no Registro Nacional de Sementes e Mudanças – Renasem (Art. 8º). No mesmo sentido, o Art. 11 estabelece que as variedades crioulas são isentas da inscrição no Registro Nacional de Cultivares (RNC).

O último avanço importante vem no Art. 48 da Lei, que proíbe o estabelecimento de restrições à inclusão de sementes e mudas de cultivar crioula em programas de financiamento ou em programas públicos de distribuição ou troca de sementes.

Estas mudanças abriram o caminho para a criação de novas políticas públicas de apoio à agricultura familiar que promovam o resgate, a conservação e o uso de sementes crioulas, favorecendo a conservação da agrobiodiversidade. Infelizmente, muito pouco foi feito neste sentido até agora.

Passando para os problemas da nova lei, é preciso mencionar a questão da dificuldade que agricultores/as que utilizam sementes crioulas vêm tendo para acessar o SEAF (Seguro da Agricultura Familiar, também chamado de Proagro Mais). A adesão ao SEAF é obrigatória para os/as agricultores/as que acessam o Pronaf⁴ Custeio. Embora a lei garanta que se possa tomar crédito para lavouras conduzidas com sementes crioulas, as regras do seguro só aceitam sementes inscritas no RNC (e as sementes crioulas são isentas do registro).

Devido a este problema, desde 2004 os/as agricultores/as que tomaram crédito Pronaf e tiveram perdas significativas em suas lavouras vêm experimentando uma situação de grande insegurança. Até agora o governo tem autorizado o pagamento do seguro a cada safra, a título de exceção, mas ainda não existe uma solução definitiva para a questão.

As organizações da agricultura familiar recusam a proposta, já feita pelo governo, de registrar as sementes crioulas no RNC como forma de garantir o acesso ao seguro e sugerem que sejam priorizados caminhos que possibilitem mudanças diretas nas regras do seguro.

Tratando-se ainda da possibilidade de registro das sementes crioulas, vale destacar também a preocupação das organizações da agricultura familiar com relação à possibilidade de apropriação privada de sementes crioulas por empresas ou melhoristas de má fé. Neste sentido, considera-se de extrema importância que o Projeto de Lei de Acesso aos Recursos Genéticos, atualmente em elaboração pelo Poder Executivo, mantenha as sementes crioulas no escopo do que é considerado patrimônio genético e permaneçam como objeto de deliberação do CGEN⁵ / Ministério do Meio Ambiente.

Sementes comerciais registradas

Se em relação às sementes crioulas há avanços, as mudanças no campo das sementes comerciais registradas são extremamente negativas. O novo sistema de classificação e controle das sementes de variedades registradas obriga os/as produtores/as de sementes a comprar sementes básicas das empresas ou centros de pesquisa no máximo a cada cinco anos. Este fato, além de liquidar a autonomia dos/as produtores/as de sementes, aumenta significativamente os custos de produção e dificulta a produção de sementes agroecológicas (pois os/as produtores/as de sementes são recorrentemente obrigados a adquirir sementes básicas não adaptadas ao manejo agroecológico).

Como se não bastassem estes problemas, os/as produtores/as de sementes da agricultura familiar sequer estão tendo acesso às sementes básicas. Em muitos casos as empresas têm se recusado a vendê-las, ofertando apenas “sementes certificadas de origem genética não comprovada”, que só podem ser multiplicadas como sementes por uma geração. Em outros, empresas públicas de pesquisa alegam que não compensa produzir sementes básicas de variedades de pouca procura, pois o volume adquirido pelos/as produtores/as de sementes da agricultura familiar é pequeno. E, comumente, variedades que caem em domínio público e deixam de render royalties às empresas são retiradas do RNC, o que inviabiliza sua produção para o mercado formal, reduzindo a diversidade de variedades ofertada aos produtores.

Destaca-se ainda o enorme “aumento da burocracia” na produção de sementes comerciais registradas. As exigências da lei são de tamanha complexidade que muitos avaliam que organizações de pequeno porte e com reduzida equipe técnica dificilmente darão conta de atendê-las.

Estas mudanças foram feitas claramente para beneficiar o agronegócio das sementes, concentrando ainda mais o mercado de sementes no Brasil e promovendo mais erosão genética.

Mas, atenção: as coisas podem piorar! Ainda serão elaboradas normas estaduais para a produção de sementes (e de mudas) comerciais registradas, que poderão ser ainda mais restritivas que as atuais. Estas normas serão publicadas pelas Superintendências Federais de Agricultura nos estados, colhendo contribuições das Comissões Estaduais de Sementes e Mudas. A nova lei permite que representantes da agricultura familiar tenham assento nestas Comissões. Assim, é urgente que as organizações da agricultura familiar pleiteiem o ingresso nas Comissões e participem dos processos de elaboração das novas normas.

Por fim, observa-se que o Decreto de Regulamentação da Lei de Sementes (5.153/04) impõe algumas restrições à agricultura familiar que não estão respaldadas na Lei (por exemplo, relacionadas ao beneficiamento de sementes de uso próprio). É preciso lutar para reverter estes abusos.

Mudanças na Lei de Cultivares

Existe atualmente uma movimentação política na Câmara dos Deputados e no Ministério da Agricultura para propor uma nova Lei de Cultivares, muito mais restritiva do que a que vigora atualmente. A Lei de Cultivares é aquela que regulamenta e dá direito de propriedade sobre variedades de sementes a pesquisadores melhoristas e suas empresas. Estas mudanças pretendem acabar com o chamado “privilegio do agricultor”, que atualmente permite que agricultores/as guardem sementes para uso próprio. Trata-se de uma ofensiva do agronegócio para controlar totalmente as sementes, um grave atentado à soberania alimentar e à autonomia dos/as agricultores/as.

Mudas

As novas exigências para a produção comercial de mudas para o mercado formal são tão complexas, que podemos de antemão dizer que agricultores/as familiares e suas organizações terão extrema dificuldade em adequar à legislação viveiros de mudas comerciais. No entanto, vale ressaltar que neste caso a normatização ainda está em construção e que ainda há algum espaço para as organizações da agricultura familiar apresentarem suas demandas e tentarem incidir sobre as regras em processo de elaboração. Novamente, esta incidência

deverá se dar principalmente por meio da participação nas Comissões de Sementes e Mudanças nos estados.

Mas a grande maioria das experiências de produção de mudas da agricultura familiar não envolve comercialização no mercado formal. Estas experiências estão todas em situação regular de acordo com a Lei de Sementes e Mudanças, enquadradas no Art. 8º, que permite que agricultores familiares, assentados e indígenas que multipliquem sementes ou mudas para distribuição, troca ou comercialização entre si fiquem isentos da inscrição no Renasem. Note-se que mesmo a comercialização, no âmbito da agricultura familiar, fica permitida, e que, neste caso, não se exige que as sementes ou mudas sejam de variedades crioulas.

Propostas

No processo preparatório ao II ENA, durante e após a sua realização, o GT Biodiversidade se reuniu para tratar da legislação de sementes e mudas. Como produto destes debates elaborou-se uma série de propostas entre as quais podemos destacar, como principais, as seguintes:

- Construir e negociar políticas e programas governamentais de incentivo ao resgate, conservação, uso e difusão de sementes crioulas que levem em conta os novos aspectos legais para a agricultura familiar;
- Seguir negociando com o governo na busca de uma solução para o SEAF que não implique na inscrição das sementes crioulas no RNC;
- Mudar o Decreto de Regulamentação da Lei de Sementes (5.153/04) buscando eliminar algumas restrições indevidas impostas aos agricultores/as familiares;
- Impedir as mudanças na Lei de Cultivares que venham a restringir ainda mais os direitos dos/as agricultores/as.

Para maiores informações sobre o tema, leia a íntegra do documento “A nova legislação de sementes e mudas no Brasil e seus impactos sobre a agricultura familiar”, no endereço <http://www.agroecologia.org.br/modules/articles/article.php?id=94>

A Lei 10.711/03, conhecida como Lei de Sementes e Mudanças, pode ser encontrada no endereço http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.711.htm

¹ Engenheira Agrônoma, consultora autônoma.

² De modo a tornar o texto mais simples, chamou-se apenas de “sementes crioulas” as sementes de variedades também conhecidas como locais, tradicionais, “da paixão”, entre outros termos.

³ Lei 6.507/77.

⁴ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar / Ministério do Desenvolvimento Agrário.

⁵ Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos¹

Jaqueline Evangelista² e Lourdes Laureano³

O Brasil é um país rico em biodiversidade e se destaca por possuir 24% das espécies de plantas superiores do mundo. Dentro deste universo de plantas brasileiras, as plantas medicinais são matéria-prima para a preparação de remédios caseiros e para a fabricação de fitoterápicos⁴ e outros medicamentos. Estima-se que 25% dos medicamentos disponíveis no mercado farmacêutico tenham sido desenvolvidos direta ou indiretamente de plantas medicinais (Calixto, 2001).

O Brasil também é detentor de rica diversidade cultural, possuindo um grande patrimônio de saberes que foi passado de geração a geração por seus povos e comunidades tradicionais. Deste patrimônio cultural se destacam conhecimentos tradicionais e tecnologias apropriadas para a prática da medicina popular⁵ e para o manejo sustentável das plantas medicinais nativas.

Por isso, o Brasil tem em mãos a oportunidade para estabelecer um modelo de desenvolvimento próprio e soberano na área de saúde e uso de plantas medicinais e fitoterápicos, através do uso sustentável de seus recursos naturais e pela preservação dos modos de vida de seus povos e comunidades tradicionais.

A política para a regulamentação da produção, manejo, beneficiamento e comercialização de plantas medicinais, bem como para o seu uso popular e produção de medicamentos fitoterápicos pelas indústrias, foi aprovada pelo Decreto N° 5.813, de 22 de junho de 2006, que instituiu a Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos.

Esta política estabelece diretrizes para ações na área de plantas medicinais e fitoterápicos, por meio de princípios para a melhoria da atenção à saúde, uso sustentável da biodiversidade brasileira, fortalecimento da agricultura familiar, geração de emprego e renda e desenvolvimento industrial e tecnológico.

O texto da Política diz que o modelo de desenvolvimento almejado deverá reconhecer e promover as práticas comprovadamente eficazes e a grande diversidade de formas de uso das plantas medicinais – desde o uso caseiro e comunitário, passando pela área de manipulação farmacêutica de medicamentos até o uso e fabricação de medicamentos industrializados. Essencialmente, deverá respeitar a diversidade cultural brasileira, reconhecendo práticas e saberes da medicina tradicional, e contemplar interesses e formas de uso diversos, desde aqueles das comunidades locais até o das indústrias nacionais, levando tam-

bém em conta uma infinidade de outros arranjos de cadeias produtivas do setor de plantas medicinais e fitoterápicos.

O objetivo principal da Política é garantir à população brasileira o acesso seguro e o uso racional de plantas medicinais e fitoterápicos. Neste sentido, será preciso construir o marco regulatório para a produção, distribuição e uso de plantas medicinais e fitoterápicos a partir dos modelos e experiências existentes no Brasil e em outros países.

O texto possui 17 diretrizes que orientam a Política. As de nº 10, 12 e 13 são relacionadas à medicina popular, aos povos e comunidades tradicionais e à agricultura familiar:

- Diretriz 10: Promover e reconhecer as práticas populares de uso de plantas medicinais e remédios caseiros;
- Diretriz 12: Promover o uso sustentável da biodiversidade e a repartição dos benefícios derivados do uso dos conhecimentos tradicionais associados e do patrimônio genético;
- Diretriz 13: Promover a inclusão da agricultura familiar nas cadeias e nos arranjos produtivos das plantas medicinais, insumos e fitoterápicos;

A Política é coordenada pelo Ministério da Saúde (MS) e, para o desenvolvimento de suas diretrizes, foram atribuídas responsabilidades institucionais para mais 9 ministérios: Casa Civil; Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Ciência e Tecnologia (MCT); Desenvolvimento Agrário (MDA); Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); Integração Nacional (MIN); Meio Ambiente (MMA); e Cultura (MinC).

A partir das diretrizes da Política está sendo elaborado o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Este Programa está sendo elaborado por um GTI (Grupo de Trabalho Interministerial) formado por representantes dos ministérios citados anteriormente, por representantes da ANVISA (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) e da FIOCRUZ (Fundação Oswaldo Cruz). O GTI pode constituir comissões e subgrupos e convidar especialistas e representantes da sociedade civil para contribuir neste processo.

Neste contexto, o MDA promoveu, em parceria com o INCRA, o MMA e o MAPA, nos dias 21, 22 e 23 de novembro de 2006, uma oficina para

discutir o papel da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais, e assentados/as da reforma agrária na implementação da Política Nacional.

A oficina contou com representantes de diversos setores do governo e da sociedade civil e apontou, entre outras propostas, para:

- Que a incorporação da Relação Nacional de Plantas Medicinais ao SUS (Sistema Único de Saúde) seja elaborada pela demanda no sistema de saúde e com prioridade para as plantas nativas, contribuindo para o uso sustentável dos biomas brasileiros;
- Ações de fomento para a produção agroecológica e o extrativismo sustentável de plantas medicinais, através da adoção de programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos, operacionalizado pela Conab - Companhia Nacional de Abastecimento/MAPA) para plantas medicinais a serem utilizadas pelo SUS;
- Criação de linhas de crédito para a produção e o extrativismo sustentável de plantas medicinais, com a sugestão de criação do PRONAF⁶ Plantas Medicinais;
- Lançamento de editais de pesquisas para atender a cadeia produtiva de plantas medicinais com a participação da sociedade civil, que sejam de fácil acesso para as organizações comunitárias;
- Criação de RESEX – Reservas Extrativistas de Plantas Medicinais voltadas para o manejo sustentável de plantas medicinais com a participação de comunidades;
- Criação de um programa de capacitação em parceria com instituições de ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural para atender a demanda de produção e manejo de plantas medicinais;
- Garantia da proteção do conhecimento tradicional associado ao uso de plantas medicinais para os povos e comunidades detentores do mesmo;
- Promoção de ampla discussão com a sociedade civil para o reconhecimento social e político da prática da medicina popular brasileira;
- Criação, no âmbito do GTI – Grupo de Trabalho Interministerial, de uma comissão composta por representantes de governo e sociedade civil para elaborar de forma participativa o Programa Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, assim como para o monitoramento e avaliação da implementação da Política.

Para que as diretrizes da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos se transformem em ações que beneficiem as comunidades e a

agricultura familiar é necessário fortalecer a participação da sociedade civil em sua implementação.

Nesta perspectiva, a partir do II ENA está sendo formada uma articulação nacional de plantas medicinais composta por movimentos sociais, redes e articulações que trabalham com o tema nos diversos biomas brasileiros.

Bibliografia:

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos. Departamento de Assistência Farmacêutica. Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos. Brasília, 2006. 60 p.

CALIXTO, J. B. et. AL. Biological activity of plant extracts: novem analgesic drugs. Expert Opinion Emerging Drugs. v.2, p. 261-279, 2001.

BRASIL. RDC nº 48, 16 de março de 2004. Dispõe sobre o registro de medicamentos fitoterápicos. Disponível em: "<http://www.anvisa.gov.br>". Acesso em 05 de março de 2005.

OLIVEIRA, E. R. O. O que é medicina popular. São Paulo: Abril Cultural/Brasiliense. Coleção Primeiros Passos, n.31, 1985.

¹ Texto baseado na publicação da Política Nacional de Plantas Medicinais e Fitoterápicos, do Ministério da Saúde (Ministério da Saúde, 2006).

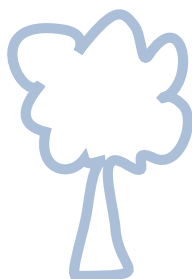
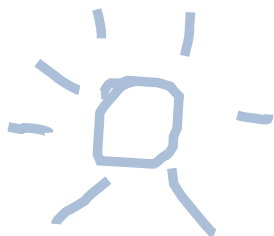
² Agrônoma, assessora da Articulação Pacari.

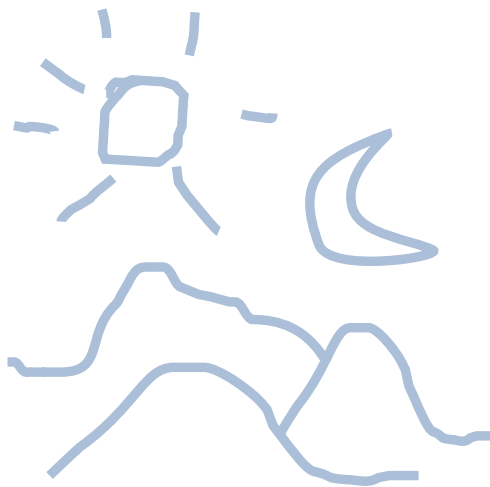
³ Farmacêutica, mestre em biologia, assessora da Articulação Pacari.

⁴ Fitoterápico: medicamento obtido empregando-se exclusivamente matérias-primas ativas vegetais. É caracterizado pelo conhecimento e eficácia e pelos riscos de seu uso, assim como pela reprodutividade e constância de sua qualidade. Sua eficácia e segurança é validada através de levantamentos etnofarmacológicos de utilização, documentação tecnocientífica em publicações ou ensaios clínicos fase 3 (RDC nº 48/04 – Anvisa).

⁵ Medicina popular: prática de cura que oferece respostas concretas aos problemas de doenças do dia-a-dia. É realizada em diferentes circunstâncias e espaços (em casa, locais religiosos, etc.) e por várias pessoas (pais, avós, etc.) ou por profissionais populares de cura (benzedeiros, raizeiros, parteiras, etc.). (OLIVEIRA, 1985).

⁶ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar / Ministério do Desenvolvimento Agrário.





Seminário de Biodiversidade no II ENA: síntese final

Percebe-se muita convergência na análise dos debates realizados nos sub-grupos dedicados a discutir os três recortes temáticos do Seminário sobre Biodiversidade no II ENA.

Tratando dos avanços observados nos três recortes, destaca-se o aprofundamento da união e da articulação das organizações da agricultura familiar e da agroecologia. Neste sentido, o próprio II ENA foi um excelente espaço de encontro e de troca de experiências, conhecimentos, idéias e propostas. A sistematização das experiências realizada para o Encontro também aparece como ponto positivo de destaque nos três recortes.

Nos três temas tratados fica evidente a existência de dois modelos de agricultura – agronegócio e agroecologia, em disputa na sociedade brasileira ao mesmo tempo em que se constata que o governo brasileiro tem privilegiado claramente o primeiro.

Entre os limites comuns aos três sub-grupos, observa-se a pequena visibilidade das experiências de uso e manejo sustentável da biodiversidade para a sociedade como um todo. Também aparece como questão de enorme preocupação nos três recortes temáticos o risco de patenteamento dos recursos genéticos por parte de empresas e/ou melhoristas genéticos. De fato, trata-se de um problema maior que demandará um esforço conjunto e articulado das organizações para ser enfrentado.

Na parte das propostas, a necessidade de influenciar a criação de leis e de programas e políticas públicas nas diferentes áreas aparece como questão central. Também a orientação dos programas de assistência técnica e extensão rural e a realização de pesquisas participativas para o desenvolvimento de sistemas agroecológicos é uma demanda comum aos três sub-grupos.

Embora todos percebam avanços na articulação do movimento agroecológico, foi marcante o desejo de que ela seja incrementada, sobretudo através de intercâmbios e trocas de experiências. Como se disse há pouco, o II ENA foi um importante espaço de trocas neste sentido, mas coloca-se para o futuro o desafio de manter esta articulação viva e dinâmica.

Por fim, teve destaque a necessidade de maior divulgação e capacitação das populações para o entendimento sobre a legislação.

Na plenária final do Seminário de Biodiversidade do II ENA a questão central foi a necessidade de articulação das experiências agroecológicas de uso e manejo da biodiversidade no Brasil, para que seus ensinamentos possam inspirar o surgimento de novas iniciativas e a construção de políticas públicas que fomentem o livre uso da biodiversidade.

O GT sente-se revigorado pelos debates realizados no II ENA e plenamente estimulado a enfrentar os desafios que se colocam, lutando pela promoção do uso social e do manejo sustentável da biodiversidade.



Uso e Conservação da Biodiversidade
Caderno do II Encontro Nacional de Agroecologia

Articulação Nacional de Agroecologia

Secretaria Executiva da ANA

Rua da Candelária nº9 / 6º andar
20091-020 Rio de Janeiro – RJ
Tel 21 22538317
secretaria.ana@agroecologia.org.br
www.agroecologia.org.br

**Uso e Conservação da Biodiversidade
Caderno do II Encontro Nacional de
Agroecologia**

Articulação Nacional de Agroecologia

Realização:
Articulação Nacional de Agroecologia

Secretaria Executiva da ANA
Rua da Candelária nº9 / 6º andar
20091-020 Rio de Janeiro – RJ
Tel 21 22538317
secretaria.ana@agroecologia.org.br
www.agroecologia.org.br

Apoio

